

ASSINADO PRÉ-CONTRATO PARA VENDA DO NORTE SHOPPING

2. ÚLTIMAS

VALTER CAMPANATO / ABR



Lula: surpresa nenhuma

LULA DIZ QUE NÃO FICOU SURPRESO COM OPERAÇÃO

Em sua primeira declaração pública sobre a operação Porto Seguro, ex-presidente afirma não ter ficado surpreso, sem detalhar declaração.

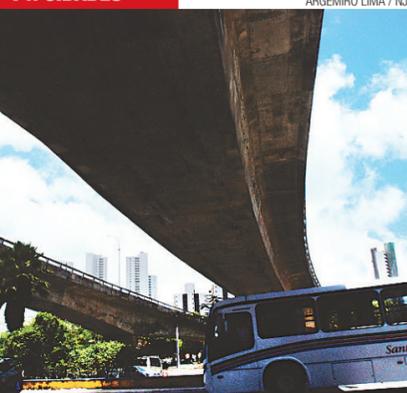
18. ESPORTES

NOVO JORNAL SERÁ VEÍCULO OFICIAL DA COPA DO NORDESTE

Parceria com o canal Esporte Interativo faz do NOVO JORNAL o veículo oficial da Copa do Nordeste, que começa dia 20 de janeiro.

14. CIDADES

ARGEMIRO LIMA / NJ



Viaduto do Baldo está interditado há dois meses

ENFIM, UMA CHANCE DE REABRIR VIADUTO FECHADO NO BALDO

Previsão da secretária Tereza Cristina Vieira é que relatório final do engenheiro seja entregue em 10 dias. Liberação pode ocorrer até fim do ano.

8. ECONOMIA

BRA PLANEJA RETOMAR OBRA NO INÍCIO DE 2013



EXEMPLAR DE ASSINANTE

De acordo com procurador federal, mudança de entendimento do Ibama com relação à Via Costeira é o que está possibilitando solução para hotel embargado há seis anos

www.novojornal.jor.br

R\$ 1,50

NOVO JORNAL

Ano 4 # 955 Natal-RN Sábado 8 / Dezembro / 2012

3. PRINCIPAL

AÇÃO QUER IMPEDIR POTI JÚNIOR NO TCE

/ FICHA / MOVIMENTO DE COMBATE À CORRUPÇÃO VAI RECORRER À JUSTIÇA PARA IMPEDIR NOMEAÇÃO DE DEPUTADO COMO CONSELHEIRO; JUSTIFICATIVA É PROCESSO POR IMPROBIDADE

MAGNUS NASCIMENTO / ARQUIVO NJ



Sem linhas de transmissão, aerogeradores permanecem ociosos

9. ECONOMIA

SEM LINHAS, PAGANDO POR ENERGIA A MENOS

Falta de linhas de transmissão está impedindo que aerogeradores produzam energia eólica no RN e em outros estdos. Mesmo assim, consumidores pagam R\$ 380 milhões pelo que deveria estar sendo gerado. No Estado, 500 megawatts estão deixando de ser produzidos.

WWW.IVANCABRAL.COM



Santa Fe 2.4



TAXA ZERO

50% DE ENTRADA E SALDO EM 24X SEM JUROS.

Faça revisões em seu veículo regularmente

VEJA NA PÁGINA 7

Últimas

SEGURO DE SI

/ LULA / AO FALAR PELA PRIMEIRA VEZ SOBRE A OPERAÇÃO PORTO SEGURO, EX-PRESIDENTE DIZ QUE NÃO FICOU SURPRESO COM AÇÃO DA PF

O EX-PRESIDENTE LUIZ Inácio Lula da Silva se manifestou ontem pela primeira vez sobre a Operação Porto Seguro e disse à reportagem que a investigação não o surpreendeu. “Não, eu não fiquei surpreso”, disse o ex-presidente ao ser questionado pela reportagem em congresso de sindicalistas em Berlim. Após a declaração, a assessoria de Lula disse que ele não sabia da operação antes de ser deflagrada. Lula porém se negou a explicar o que quis dizer com a resposta e ficou em silêncio em perguntas posteriores sobre a participação de Rosemary Noronha, ex-chefe do escritório paulista da Presidência, no suposto esquema de corrupção.

Em palestra a 400 participantes de conferência alemã de sindicalistas, Lula fez uma menção discreta à sua mulher Marisa: “O primeiro dia que fui dormir no palácio, ficava perguntando para a minha mulher: será que é verdade? Isto aqui não é para a gente”. No discurso de quase uma hora e meia, em que foi aplaudido nove vezes, Lula disse ter relutado em candidatar-se à reeleição, mas as circunstâncias quase que me obrigaram a ser candidato. Hoje e amanhã Lula dará palestras em Doha. Na semana que vem vai a Paris para seminário sobre a crise com Dilma Rousseff e o



► Lula não ficou surpreso, mas também não explicou o que quis dizer com isso

premiê francês François Hollande. Ele termina a viagem em Barcelona, onde receberá prêmio do governo da Catalunha.

DEMISSÃO

O Planalto decidiu afastar o diretor-geral da Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários), Tiago Pereira Lima. O afastamento deverá ser publicado em edição extra do “Diário Oficial da União”. O dirigen-

te da agência, responsável pelas autorizações de concessões de portos, é acusado de auxiliar o esquema de fraude em pareceres de órgãos públicos que seria liderado por Paulo Rodrigues Vieira, que demitiu-se ontem da direção de Hidrologia da ANA (Agência Nacional de Águas).

Segundo reportagem da revista “Época”, em trecho do inquérito da Operação Porto Seguro, o Ministério Público Fe-

deral afirma ter indícios de que Lima trabalhou para que a empresa Tecondi tivesse reconhecido o direito de explorar um terminal de contêineres, numa área de 170 mil metros quadrados no Porto de Santos. As ações de Lima em favor da Tecondi teriam ocorrido no final de 2010. Lima é da cota do deputado federal Valdemar Costa Neto (PR), também ligado a Vieira. Ele nega qualquer irregularidade no caso.

/ GOL CONTRA /

JUSTIÇA DETERMINA REINTEGRAÇÃO DE 850 FUNCIONÁRIOS DA WEBJET

A JUSTIÇA DO Trabalho do Rio determinou a anulação e a reintegração dos 850 funcionários demitidos pela Webjet no último dia 23 de novembro. A decisão liminar (provisória) foi concedida na ontem pelo juiz da 23ª Vara do Trabalho, Bruno de Paulo Vieira Mazini, à pedido da procuradora do Trabalho Lucia de Fátima dos Santos Gomes.

Em caso de descumprimento, a Webjet, que pertence à Gol Linhas Aéreas, deverá pagar multa diária de R\$ 20 mil por cada trabalhador. A Gol Linhas Aéreas afirmou, por meio de sua assessoria, que ainda não foi notificada da decisão e que não iria se manifestar, por enquanto, sobre o assunto. O juiz marcou uma audiência em 18 de dezembro para que a Webjet apresente um plano de realocação dos funcionários demitidos ou a sua dispensa justificada.

Nesse último caso, todas as demissões deverão ser negocia-

das por meio do sindicato dos trabalhadores da categoria. A Webjet também deverá comprovar o pagamento das rescisões trabalhistas. Na ação civil pública, o Ministério Público do Trabalho alegou que a empresa “não realizou negociação prévia com o sindicato da categoria, conforme determina o Tribunal Superior do Trabalho (TST), e descumpriu termo firmado com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), na compra da Webjet”, disse em comunicado. O MPT diz que a Gol assumiu no termo o compromisso de manter os empregos dos funcionários da Webjet.

A integração das malhas e o fim das vendas no site da Webjet começaram no início do mês, pouco depois de o Cade aprovar a operação. Com a aquisição da Webjet, por R\$ 70 milhões, a Gol eliminou um concorrente e aumentou sua participação de mercado em 5%.

/ AGRICULTURA /

GOVERNO DESCARTA RISCO DE VACA LOUCA

O BRASIL REGISTROU pela primeira vez a presença do agente causador da doença da vaca louca, mas o mal não chegou a se desenvolver. Em 2010, uma vaca morreu no Paraná com esse agente, mas não manifestou a doença. Como a vaca não morreu em decorrência do mal da vaca louca, o caso foi chamado de “não clássico” pelo Ministério da Agricultura. O governo garante que o episódio não leva risco à saúde pública.

A OIE (Organização Mundial de Saúde Animal) mante-

ve o status do Brasil como de risco insignificante para a doença. É a primeira vez que se confirma a presença do prion, a proteína infecciosa que causa a doença, no Brasil. O animal morreu em dezembro de 2010 numa fazenda no município de Sertãoópolis. A princípio, exames foram feitos por suspeita de raiva, o que não foi comprovado. Outros exames realizados no país apresentaram resultados “contraditórios” com relação à encefalopatia espongiiforme bovina --nome do mal da vaca louca.

/ ARQUITETO /

Corpo de Niemeyer é enterrado no Rio

EM UMA CERIMÔNIA discreta e ao som de “Cidade Maravilhosa”, o corpo do arquiteto Oscar Niemeyer, morto na quarta aos 104, foi enterrado na tarde de ontem no cemitério São João Batista, em Botafogo, zona sul do Rio. Aberto ao público entre 8h30 e 15h, o velório no Palácio da Cidade, sede do governo municipal, teve presença discreta de visitantes.

O corredor formado por grandes móveis, para organizar a entrada das pessoas, foi quase desnecessário. Em nenhum momento houve fila. No espaço reservado a convidados, a família de Niemeyer recebeu os cumprimentos de Sérgio Cabral e Eduardo Paes, governador e prefeito do Rio, Antônio Anastasia, governador de Minas Gerais, e Márcio Lacerda, prefeito de Belo Horizonte.

Ateu, Niemeyer foi homenageado antes do enterro por um ato ecumênico celebrado pelos padres Osmar Raposo e Jorjão, pelo rabino Newton Bonder e pelo pastor luterano Mozart Noronha. O mo-



► Ainda no velório, Niemeyer recebeu inúmeras homenagens

mento de maior emoção foi quando o pastor pediu que os presentes dessem as mãos e cantassem a música “Suíte de Pescador”, do baiano Dorival Caymmi. O urbanista Jaime Lerner lamentou a morte do “maior brasileiro de todos os tempos”. O arquiteto Paulo Casé disse que, “se não houvesse a morte, iríamos imaginá-lo como

um gênio imortal”.

Dois filhos do líder comunista Luís Carlos Prestes foram ao velório e lembraram o apoio do arquiteto ao pai após prisões e o exílio. Ele emprestou e comprou casas para o amigo. As homenagens também foram registradas em mais de 30 coroas de flores enviadas ao palácio. Uma delas, assina-

da por Fidel Castro, dizia: “Ao incondicional amigo de Cuba, Oscar Niemeyer”.

Entre os anônimos que enfrentaram o forte calor, notava-se um senhor de cabelos brancos, visivelmente emocionado. O engenheiro italiano Giorgio Veneziani, 86, desembarcou no Brasil em 1948 e, na década seguinte, conheceu Niemeyer. “Montei uma indústria de mármore e granitos e acabei sendo fornecedor de mármore usados nos palácios de Brasília”, disse Veneziani, que morou entre 1957 e 1962 na área onde estava sendo erguida a capital federal. “Cheguei a ficar nos acampamentos das construtoras e depois aluguei uma casinha.”

Outro fã de Niemeyer chamou a atenção. Cego, o estudante Everton Sampaio, 27, descreveu as obras do arquiteto como “emocionantes”. “Posso sentir algo diferente só de entrar, tocar as paredes, as colunas. É arte”, disse ele, cuja obra predileta é a Catedral de Brasília. “O sol parece estar dentro dela.”

/ CACHOEIRA /

EMPRESÁRIO É CONDENADO A 39 ANOS E VOLTA À CADEIA

A JUSTIÇA FEDERAL de Goiânia (GO) condenou o empresário Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, a 39 anos e oito meses de prisão e determinou sua volta para a cadeia, efetuada na tarde de ontem. O empresário, acusado de comandar esquema de exploração de jogos ilegais, havia deixado a prisão há mais de 16 dias.

A sentença é fruto da Operação Monte Carlo, da Polícia Fe-

deral. Nela, o juiz Alderico Rocha Santos disse que Cachoeira cometeu diversos crimes, como corrupção ativa, peculato e formação de quadrilha. Segundo a acusação, o esquema de jogo ilegal era centrado em Goiás e no Distrito Federal e funcionava em diferentes esferas do poder público, atuando para conseguir contratos por meio de fraudes e cooptação de agentes públicos. Além de Cachoeira, foram

condenados outras sete pessoas de seu grupo, dentre eles Lenine Araújo e Gleyb Cruz, auxiliares do empresário, o ex-sargento Idalberto Matias, o Dadá, acusado de espionar ilegalmente para o grupo, e o ex-vereador Wladimir Garcez, apontado como um dos braços políticos da quadrilha. A sentença, que imputa Cachoeira de algumas acusações, deve ser contestada por recursos das defesas.



► Carlos Cachoeira, o returno



Editor
Everton Dantas

E-mail
evertondantas@novojornal.jor.br

Fones
84 3342.0358 / 3342.0350



Principal


Editor

Viktor Vidal

E-mail

viktorvidal@novojournal.br

Fones

84 3342.0358 / 3342.0350

FICHA MARCADA

/ MARCCO / PRESIDENTE DO MOVIMENTO ARTICULADO DE COMBATE À CORRUPÇÃO DIZ QUE ENTIDADES VÃO ENTRAR COM AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA IMPEDIR POSSE DE POTI JÚNIOR NO TCE

RAFAEL DUARTE
DO NOVO JORNAL

ENTIDADES LIGADAS AO Movimento Articulado de Combate à Corrupção (Marcco) decidiram entrar com uma ação civil pública na Justiça para impedir a nomeação do deputado estadual Poti Cavalcanti Júnior (PMDB) como conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. O Marcco se reunirá na próxima semana para definir os detalhes do processo, já que a ação deve ser ajuizada por órgãos como o Ministério Público Estadual ou a OAB.

Poti Júnior foi indicado pela Assembleia Legislativa para o posto numa votação apertada realizada quarta-feira passada na qual venceu por um voto de diferença o colega Fábio Dantas (PHS). A insatisfação com o deputado escolhido se dá pelo fato de Poti Júnior responder a processos na Justiça e já ter sido condenado em primeira instância por improbidade administrativa numa ação ajuizada pelo Ministério Público Estadual. Ele também já foi denunciado pelo Ministério Público Federal por irregularidades na época em que foi prefeito de São Gonçalo do Amarante. O processo, porém, foi arquivado porque prescreveu.

A delegada da Polícia Federal e presidente do Marcco, Ohara Fernandes, confirmou a ação civil pública. Segundo ela, Poti Júnior não preenche os requisitos bá-



HUMBERTO SALES / NJ

► Poti foi eleito pelos colegas deputados para assumir vaga indicada pela AL

cos para ser conselheiro de um tribunal que analisa e julga as contas de gestores públicos. "O deputado Poti Júnior não tem boa qualificação na sociedade. Vamos ajuizar a ação porque ele já foi condenado e também porque responde

a vários processos. Por mais que não gere para fins penais, os processos comprovam que ele não foi um bom gestor. E se não foi um bom gestor ele não tem idoneidade para julgar os mesmos atos. Portanto, isso é incompatível

com a função que ele vai exercer", afirmou.

Ohara Fernandes citou que em concursos públicos os concorrentes têm suas vidas progressas analisadas e, caso tenham problemas na Justiça, sequer estão aptos a participar do processo. Ela acredita que a situação de Poti Júnior se encaixa na mesma tese porque o cargo de conselheiro é público. "A polícia requer uma investigação preliminar sobre a vida progressa dos candidatos. Muitos são reprovados. Se uma pessoa responde a muitos processos, não está a altura das atribuições. No caso do conselheiro, o requisito é específico. O candidato precisa ter reputação ilibada e idoneidade moral. Por isso, o deputado jamais poderia ser nomeado. Na verdade ele deveria ter sido eliminado do processo", disse.

Segundo ela, o Ministério Público deve ser provocado para ajuizar a ação civil pública para impedir a nomeação de Poti Júnior, mas adianta que qualquer cidadão que se sentir prejudicado com a escolha também pode mover uma ação populacional contra a indicação do deputado. "Vamos nos reunir na semana que vem para decidir como vai ser. Quem deve representar são os órgãos competentes. A ação civil pública é para impedir a nomeação porque o ato é ilegal", afirmou.

Amanhã, durante a programa-

ção do Dia Internacional contra a Corrupção, marcado para 9h no Bosque dos Namorados, no Parque das Dunas, a presidente do Marcco deverá lembrar o caso de Poti Júnior. "Na programação não está previsto, mas vamos lembrar esse assunto porque essa é uma semana que tem legitimidade pois há um dia em que o mundo todo se organiza para combater a corrupção", afirmou.

O NOVO JORNAL procurou o procurador geral de Justiça, Manoel Onofre Neto, mas ele não atendeu os telefonemas, não retornou as ligações e também não foi localizado pela assessoria de comunicação da instituição.

“

O DEPUTADO POTI JÚNIOR NÃO TEM BOA QUALIFICAÇÃO NA SOCIEDADE. VAMOS AJUIZAR A AÇÃO PORQUE ELE JÁ FOI CONDENADO E TAMBÉM PORQUE RESPONDE A VÁRIOS PROCESSOS”

Ohara Fernandes

Delegada da PF e presidente do Marcco



MAGNUS NASCIMENTO / ARQUIVO NJ

► TCE ainda não definiu data da posse de Poti Júnior



HUMBERTO SALES / NJ

► Ohara Fernandes propõe ação

OAB TAMBÉM É CONTRA NOMEAÇÃO DE POTI

A indicação de Poti Cavalcanti pela maioria dos deputados da Assembleia Legislativa também não foi bem digerida pela Ordem dos Advogados do Brasil seccional Rio Grande do Norte. Bacharel em Direito, Poti não tem o apoio da OAB. O presidente da entidade, Paulo Eduardo Teixeira, afirmou que vê com grande preocupação a ia de Poti Cavalcanti para o TCE. Para ele, um órgão de fiscalização não pode ter entre seus conselheiros alguém que responde a vários processos na Justiça.

"Não é nem só em relação ao deputado Poti Cavalcanti, nossa preocupação é com

todos. Enxergamos essa nomeação com grande preocupação. A Assembleia está encaminhando para o TCE um deputado que responde a processos até de improbidade. Vejo com muita preocupação porque o tribunal é um órgão de controle e fiscalização. E sobre os conselheiros não deve recair nenhuma suspeita", disse.

Questionado se, na prática, a OAB tentaria impedir a nomeação de Poti Cavalcanti, Teixeira explicou que a competência é do Ministério Público. "Essa competência é do MP, mas já está sendo discutido internamente dentro do Marcco", afirmou.



VANESSA SIMÕES / NJ

► Paulo Teixeira: preocupação

DIA DE COMBATE À CORRUPÇÃO SERÁ LEMBRADO

A controladoria geral da União e o Marcco promovem amanhã no Parque das Dunas uma programação voltada para o Dia Internacional de Combate à Corrupção. A servidora do núcleo de ações e prevenção de combate à corrupção da CGU, Ana Paula Pachelli, conta que o órgão mudou a estratégia para chegar mais próximo da população. "Todos os anos, nesta data, tentamos chamar a sociedade para ir ao nosso encontro. Este ano decidir ir ao encontro da sociedade para que todos entendam

como funciona. Para que as pessoas desmistifiquem que a corrupção são apenas os políticos que fazem. Tem a ver também com aquela pessoa que para em vaga para deficiente, que fura fila ou que tentar burlar o imposto de renda, por exemplo", comentou.

Na programação estão incluídos distribuição de material informativo, caminhada contra a corrupção, teatro de bonecos explicando o que é a 'lei de acesso à informação', espetáculo 'O que você tem a ver com a

corrupção?', apresentação musical de Diogo Guanabara e Henrique Pachêco, além da premiação do concurso de desenho da AGU.

A parceria entre o Marcco e a CGU também convidou os prefeitos dos 167 municípios do Rio Grande do Norte para assinarem uma agenda propositiva do Marcco. "O único prefeito que confirmou presença foi o prefeito de Natal, Carlos Eduardo Alves. Mas enviamos para todos. É uma agenda propositiva, na linha da administração idônea", afirmou.

Opinião

► rodaviva@novojornal.jor.br

RODA VIVA

CASSIANO ARRUDA CÂMARA

NORTE SHOPPING

Um dos maiores negócios imobiliários da paróquia está sendo fechado neste fim de semana. O empresário Fernando Bezerra está transferindo 70% de sua participação acionária do Norte Shopping ao grupo ATP. A realização do negócio ainda não foi oficialmente anunciada, mas já houve a assinatura de um pré-contrato, inclusive com a concordância dos sócios minoritários. Uma das pendências do negócio é a conclusão das obras dos cinemas para funcionamento imediato.

CONTA GARANTIDA

Empresa do Grupo Neoenergia, que tem a Previ e o Banco do Brasil como um dos principais acionistas, a Cosern renovou suas contas garantidas com o BB, com um crédito rotativo de R\$ 20 milhões.

FESTA DE FORMATURA

Os concluintes da turma de Medicina de 1977, da Universidade Federal, aproveitaram o fim de semana para fazer uma festa de reencontro em Porto de Galinhas, Pernambuco, a fim de comemorar os 35 anos de formados.

Uma das concluintes, a governadora Rosalba Ciarlini, vai levar falta, em razão de outros compromissos na agenda.

MUSEU DO VAQUEIRO

Depois de dez anos de batalha, o produtor cultural Marcos Lopes inaugura, amanhã, o Museu do Vaqueiro, na Lagoa do Bonfim, município de São José do Mipibu. O evento tem programação especial, constando de vaquejada feminina, pega de boi no mato e a tradicional missa do vaqueiro. A cantora paraibana Sandra Belê foi convidada para interpretar o Hino Nacional. A partir de amanhã estará aberto à visitação pública. O Museu tem curadoria de Dácio Galvão. Iniciativa particular, o museu viabilizou-se com o patrocínio da Cosern, através da Lei Câmara Cascudo.

CALENDÁRIO UNIVERSITÁRIO

O semestre letivo da Universidade Federal vai começar dia 4 de fevereiro, uma semana antes do Carnaval, e vai até 22 de junho. As matrículas para os calouros serão feitas entre os dias 18 e 22 de janeiro. Os veteranos se matriculam entre os dias 31 de janeiro e 1º de fevereiro.

ACIMA DO LIMITE

A criação de uma Lei de Responsabilidade Fiscal chegou como um grande avanço para uma democracia que se consolidava e não podia permitir atos de pura irresponsabilidade por gestores públicos, especialmente, nas vésperas de encerramento dos seus mandatos.

Nos últimos dois anos, o nosso Rio Grande do Norte e, agora, Natal apresentam um verdadeiro mostruário de como essa parece condenada a ficar no rol das leis brasileiras que não pegam.

Cheia de boas intenções e capaz de acender as esperanças de uma ação responsável dos gestores públicos, a Lei de Responsabilidade Fiscal tem servido, apenas, de desculpa quando os governos necessitam de um argumento, sobretudo para conter a gulodice gastadora de alguns segmentos da administração pública.

Quando à responsabilidade dos gestores, por ações inconsequentes e pelo descontrole generalizado nos gastos públicos, parece que existe única e tão somente na retórica.

Depois do julgamento do Mensão, acompanhado com enorme interesse pelo povo brasileiro, com sentenças que fizeram renascer as esperanças do começo do fim da impunidade, é chegada a hora de indagar quando se vai exigir a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Continuamos assistindo ao triste espetáculo de fins de governos capazes de multiplicar a melancolia característica desses períodos.

Nos últimos quatro anos temos acompanhado a realização de verdadeiras “mágicas” no manuseio de recursos públicos, afrontando as normas e rotinas, sem maiores preocupações e – muito pior – sem consequências.

No caso específico de Natal, a futura administração se coloca numa autêntica saia justa: – Com que moral pode combater soluções heterodoxas para o fechamento das contas, se adotou soluções semelhantes há quatro anos?

Não é possível esquecer os últimos atos do governo passado, recebendo o pagamento antecipado de impostos, que deveriam ser pagos à nova administração por empresa estadual. Assim como uma operação de “empréstimo”, realizado na última volta do ponteiro, com o Judiciário fazendo um empréstimo emergencial.

Nos dois exemplos existe uma enorme diferença entre a situação estadual e a municipal. As contas públicas do Estado foram desmanteladas no acúmulo de vantagens oferecidas (os planos de cargos, carreiras e salários), que tiveram aprovação unânime na Assembleia Legislativa e sanção governamental comprometendo a futura administração com inúmeros casos de benefícios aprovados para pagamento futuro, inclusive acima da capacidade da receita. No caso presente, na Prefeitura de Natal, a iniciativa foi do próximo Executivo, que resolveu limpar as gavetas antecipando os tais planos de cargos e salários a serem pagos dentro do próprio mandato (uma raridade na concessão dessas “bondades”, normalmente, deixadas para o sucessor pagar).

Enquanto os operadores do Direito não se sensibilizam em fazer cumprir uma lei que também pode penalizar a turma do andar de cima, a certeza de impunidade vai estimular que as contas públicas continuem sendo maltratadas, penalizando a sociedade no hoje e comprometendo o amanhã de todos, sem que os gastos tenham um limite, do jeito que se exige dos automobilistas nas estradas com a velocidade dos automóveis.



“O RN tem de pensar em um porto alternativo se quiser atraís novos investimentos”.

DO PRESIDENTE DA CODERN, PEDRO TERCEIRO DE MELO, SOBRE O PROGRAMA DE INVESTIMENTO EM LOGÍSTICA DOS PORTOS.

ZUM ZUM ZUM

► Hoje é um dia para ser festejado: Dia da Justiça. Dia Internacional dos Direitos Humanos.
► O norte-rio-grandense José Maria Vilar assumiu a superintendência do Banco do Nordeste no estado da Paraíba.
► A Sociedade Brasileira para Estudos da Dor promove, na tarde de hoje, no

Parque das Dunas a caminhada Pare a Dor – “A Dor para a vida das pessoas. Pare a dor”.
► Vários municípios do estado (Nova Cruz inclusive) festejam, hoje, sua padroeira: Nossa Senhora da Conceição.
► A banda do Grupamento de Fuzileiros Navais se apresenta, hoje, no Norte Shopping, dentro da programação

do Dia do Marinheiro, que se comemora quinta-feira.
► O Coral Vozes da Vida e Saúde se apresenta, hoje, na Festa da Padroeira de Barra de Maxaranguape.
► O pessoal do candomblé festeja, hoje, o Dia de Oxum. Saravá!
► Não é só jornal de papel que fecha. O “The Daily”, primeiro jornal projetado

CRISE DE IDENTIDADE

O deputado Onyx Lorenzoni (RS) apresentou uma proposta na reunião de seu partido em Brasília, para o DEM voltar a ser PFL:

– Quando sou abordado na rua as pessoas têm dificuldade em identificar o que é DEM. Quando lembro ex-PFL lembram na hora.

O partido mudou de nome na expectativa de se renovar. Foi um tiro no pé.

OFERTA E PROCURA

A chamada feita pela Prefeitura de Natal para a contratação de médicos para a UPA do conjunto Pajuçara, mostrou que os jovens médicos estão preferindo o mercado do que o caminho do funcionalismo público. Para 33 cargos ofertados apareceram, apenas, cinco candidatos. A maioria preferiu se filiar à cooperativa que paga muito mais e tem meios de pressão nos eventuais atrasos de pagamento.

PREPARAR O TERRENO

A entrevista do presidente da Ecocil Imobiliária, Sílvio Bezerra, à revista IstoÉ Dinheiro, antecipa uma decisão empresarial de fazer um IPO (oferta de ações na Bolsa de Valores). Com um faturamento estimado em R\$ 150 milhões este ano, a empresa espera estar regularizada junto à BM&F Bovespa e à Comissão de Valores Mobiliários até o fim do primeiro trimestre do próximo ano. Com tudo pronto, a abertura do capital fica dependendo só do mercado.

BOEMIA REPRIMIDA



O Largo do Atheneu, considerado um dos polos de animação do chamado Plano Palumbo, está sendo questionado pelo Ministério Público com a abertura de um inquérito civil público para apurar “poluição sonora, ocupação irregular do espaço público e depósito de lixo”, atendendo representação do cidadão Márcio Capriglione. São mencionados quatro estabelecimentos como responsáveis pela situação: Chopperia Petrópolis, Super Dog, Pastel Petrópolis e Confeitaria Atheneu.



Editor
Carlos Magno Araújo

E-mail
carlosmagno@novojornal.jor.br

Fones
84 3342.0358 / 3342.0350

Editorial

O bando e o punguista

A polícia potiguar desbaratou nesta semana uma quadrilha que vinha sendo investigada há nove meses e que mantinha ramificações em vários outros estados. Contra o grupo pesa a acusação de ter falsificado nada menos do que 100 mil cartões nos últimos cinco anos e provocado desfalques que, somados, alcançariam cerca de R\$ 3 milhões.

Importante que a polícia intensifique o trabalho contra esse tipo de crime e contra outros, como a explosão de agências bancárias, tão comuns no interior, mas será muito bem vinda, também, a polícia que cuidar do varejo tanto quanto cuida do atacado.

Se é um problema grave de segurança pública, a ação dos estelionatários (e esta foi a segunda grande ação contra esse tipo de crime realizada no RN somente neste ano) e a estratégia dos bandidos de explodirem agências, é também preocupante a recorrência dos assaltos e dos roubos em Natal.

Ainda que representem menos, requerem, do mesmo jeito, ação preventiva da polícia. Todo natalense, provavelmente, tem uma história de assalto para contar. Se não ele próprio, são conhecidos dele as vítimas. Dá-se porque tem sido muitos os registros e muitas as reclamações contra a dificuldade da polícia para deter esses pequenos delitos.

Se forem somados, dará a noção melhor de como o cidadão parece exposto à ação desses marginais. Assalta-se hoje em plena luz do dia, seja qual for o bairro. Bandidos agem em motocicletas, bicicletas e até a pé. Portam armas como se fossem brinquedos.

Pequenos e médios estabelecimentos localizados, por exemplo, na Avenida Afonso Pena, na área chamada de Plano Palumbo, estão se associando a fim de pagarem segurança coletiva para aquela área. Em bairros residenciais como Ponta Negra há inúmeros registros de assalto em plena luz do dia, seja de pedestres ou após invasão dos imóveis e estabelecimentos comerciais.

Para uma cidade que faz sua riqueza econômica a partir das belezas naturais de que desfruta, com as possibilidades abertas pela atividade turística, segurança tem sempre de ser prioridade. Afinal, em razão da quantidade de visitantes que recebe, Natal não pode apenas parecer segura. Tem de ser segura.

Por isso, tanto é importante para a polícia estar preparada para as grandes ações, como a que resultou na prisão do bando de falsários nesta semana, como é preciso ser ágil para deter o punguista que age na esquina.

Artigo

MARCOS BEZERRA

Chefe de Reportagem ► marcosbezerra@novojornal.jor.br

De rotunda a catombo

Descobri a palavra e o que era rotunda outro dia. Dela vi apenas uma foto, mas fiquei abestalhado com a engenhosidade da coisa. Trata-se de um prédio antigo da Rede Ferroviária Federal, aqui na Ribeira. É um galpão circular com um tanque cheio de água no meio, igualmente redondo, onde repousa uma estrutura de concreto com trilhos sobre ela. Assim, boiando, os vagões e/ou locomotivas podiam ser direcionados para uma das tantas garagens de manutenção. Devia ser uma operação muito interessante. Vou querer ver depois, quando instalemos o Museu do Trem, a primeira locomotiva de Natal, a Catita, exposta na rotunda. Será que ainda dá para dar um rodete?

Rodete virou moda em Natal. Não há condutor que não dê os seus por obra e graça da administração que a Justiça achou por bem abreviar de tão desastrosa. Sim, as rotundas vão ficar como marca registrada da administração Micaela de Sousa. Além delas, só consigo divisar o cronômetro regressivo com os dias que faltam para a Copa do Mundo de 2014 – hoje, 563.

E rotunda porque, além do sentimentalismo inaudito deste que vos escreve com a palavra, diz o pai dos ignorantes que se trata de uma “construção de forma circular, geralmente encimada por uma cúpula”. Só falta a cúpula, mas o “geralmente” abre exceção.

O mesmo Houaiss ensina que rotatória, termo que normalmente empregamos, é rotante. Rotante é o “que gira ou roda: rotativo, rotatório”. E rótula, outra denominação costumeira, é a patela de nosso joelho.

Inicialmente, maldisse as rotundas, mas estou me acostumando e percebendo que outros condutores também estão. Observo que, quando todo mundo respeita a regra de dar preferência a quem chegou primeiro, o trânsito flui com facilidade. Na que mais está no meu caminho, no cruzamento da Floriano Peixoto com a Potengi, por trás do Palácio dos Esportes, nunca mais vi um acidente. Antes, eles eram constantes.

Não sei quem projetou tantas rotundas, mas acho que foi uma aposta no simples. De quem não tinha recursos para fazer grandes obras e que resolveu fazer o possível.

Quando baixa em mim o espírito do “se eu fosse prefeito” – nem que seja de Lajinha, um distrito de Caicó, que um dia há de virar município e onde um terço de seus 1.200 habitantes é parente meu – raciocino que os recursos, quando poucos, vão para os pequenos serviços. Não ia ficar uma rua faltando um paralelepípedo que fosse.

Aqui em Natal, com cinco reais eu resolvia um problema que aflige um em cada três motoristas que sobem pela Salgado Filho. Dava o dinheiro, uma marreta e uma talhadeira para qualquer servente tirar um catombo que tem na pista central. Lá, nunca ninguém fez o simples.

UM NOVO MUNDO DE CONHECIMENTO A CADA CLIQUE.

O Contemporâneo tornou-se parceiro do educacional.com.br, o maior portal de educação do país. A partir de 2013, todo Fundamental I terá acesso ao site que oferece serviços e projetos exclusivos. Faça parte desse universo de informações!



Contemporâneo
COMPLEXO EDUCACIONAL
Uma escolha feliz

Painel

VERA MAGALHÃES

Da Folha de São Paulo ► painel@uol.com.br



Apertem os cintos

Na primeira reunião de seu futuro secretariado, Fernando Haddad traçou para 2013 um cenário de “vacas magras” para investimentos. Pediu à equipe austeridade nos primeiros meses de governo e recomendou que os auxiliares trabalhem com a perspectiva de uma receita igual à deste ano. O petista, que fez das parcerias com o governo federal um mote de campanha, reforçou a necessidade de buscar recursos, mas avaliou que não haverá “fartura” à disposição do município.

SOMBRA

Haddad recomendou aos 16 secretários presentes à reunião que fiquem em contato direto com os ministros das pastas “espelhos” às suas. E que se tiverem dificuldade de acesso peçam ajuda a ele diretamente.

A CONFERIR

O futuro responsável pela articulação política com a Câmara, João Antonio, propôs uma nova forma de lidar com o Legislativo, por meio das bancadas e da direção dos partidos, e não individualmente. Mas nem os demais participantes acreditam que isso vá prosperar.

NOVELA

O próximo anúncio de secretários será só na quinta-feira. Até lá Haddad espera desatar o nó na área da habitação. Ontem o prefeito eleito ouviu os dois lados da queda de braço: o ministro Aguinaldo Ribeiro (Cidades), do PP, e o deputado Paulo Teixeira, da corrente petista Mensagem ao Partido.

#FUI

Depois de reativar sua conta no Twitter para a campanha eleitoral, Haddad completou 40 dias com o perfil inativo. Sua última postagem no microblog foi em 28 de outubro, dia do segundo turno: “Obrigado, São Paulo”, escreveu à ocasião.

CÁTEDRA

Recém-filiado ao PMDB, Alexandre de Moraes, ex-superssecretário do governo de Gilberto Kassab, assumirá a seção paulista da Fundação Ulysses Guimarães. O partido quer que ele corra o interior para ajudar na construção do programa peemedebista para 2014.

DOIS PESOS...

Em Berlim, onde esteve ontem, Lula oscilou da euforia à irritação. No Sindicato dos Metalúrgicos local, exibiu

sorriso incoerente, sobretudo quando abordado por fãs para fotos.

... DUAS MEDIDAS

Já na palestra ao PSD alemão, o ex-presidente fechou a cara. O divisor de águas do humor foi a pergunta de jornalistas sobre a Operação Porto Seguro.

TV LULA

Para a TVT, emissora ligada à CUT, o ex-presidente concedeu entrevista exclusiva, a segunda após o Rosegate. Limitou-se a comentar os efeitos da crise econômica mundial.

TECLA SAP

Na primeira atividade em solo alemão, Lula foi reverenciado pelo grito de guerra que caracterizou suas campanhas desde 1989. Com sotaque, sindicalistas puxavam o coro: “Olê, olê, olê, olá, Lula, Lula”.

OPERAÇÃO PADRÃO

A PF desvincula da Porto Seguro a ação de ontem na Secretaria de Patrimônio da União do Distrito Federal. A “coincidência” de operações se deve à greve da categoria, que acabou atrasando os trabalhos de busca e apreensão.

BAGAGEM

As autoridades convidadas para a cúpula do Mercosul em Brasília foram presenteadas por Dilma Rousseff com obras do artista plástico piauiense Francisco Galeno. Também serão de autoria dele os mimos levados nas próximas viagens internacionais da presidente. A compra custou R\$ 45 mil.

PRIMEIRA CLASSE

Além de afagar José Sarney com a Presidência da República e de ter viajado para o Maranhão, Dilma convidou a governadora para integrar sua comitiva na incursão europeia a partir de amanhã.

À MARGEM DA VOSSA VONTADE

/ ORÇAMENTO / GOVERNO DO ESTADO ESPERA QUE REDUÇÃO DO PERCENTUAL DE REMANEJAMENTO SUGERIDA PELA COMISSÃO FINANÇAS NÃO SEJA APROVADA EM PLENÁRIO



► Anselmo Carvalho: corte não é definitivo



► José Dias é o relator da matéria que reduziu margem de remanejamento

DINARTE ASSUNÇÃO
DO NOVO JORNAL

O GOVERNO DO Estado tem a expectativa de que a diminuição do índice de remanejamento na peça orçamentária do próximo ano não seja aprovada pela Assembleia Legislativa. O Executivo enviou projeto de lei sugerindo 15% para utilizar como quiser, mas o relator da matéria, deputado estadual José Dias (PSD), reduziu para 5%, acolhendo emenda apresentada pelo deputado Fernando Mineiro (PT). Acima desse patamar, o Governo, caso a redução prevaleça, precisará de autorização da AL para remanejar recursos. O

orçamento está estimado em pouco mais de R\$ 11 bilhões.

A redução incomodou o Executivo. O governo esperava contar com uma margem de remanejamento em torno de R\$ 1,65 bilhão. Com o índice de 5%, o valor orbita em R\$ 550 milhões. Procurada para repercutir o assunto, a assessoria de imprensa do Governo do Estado indicou o controlador geral, Anselmo Carvalho, para falar sobre o caso.

Carvalho, contudo, limitou-se a informar que não se manifestaria já que o corte não é definitivo, uma vez que a peça ainda vai à votação, onde pode haver mudanças. Anselmo afirmou ainda que a pes-

soa mais apropriada para comentar o assunto é o titular do Planejamento, Obery Rodrigues, que está viajando e não foi localizado para explicar os impactos resultantes da redução de mais de um bilhão de reais da margem de remanejamento.

A ideia de reduzir o índice de livre manejo de recursos partiu do deputado Fernando Mineiro, que apresentou 13 emendas ao Projeto de Lei Orçamentária, incluindo a redutora do percentual de remanejamento.

O deputado argumenta que a ideia é colocar um freio nos sucessivos remanejamentos que o Governo do Estado vem fazendo com as receitas, as

quais vêm batendo sucessivos recordes na arrecadação. No entendimento do deputado, o governo tem utilizado os recursos “a seu bel prazer”.

Até agora, o Executivo remanejou R\$ 1,3 bilhão. Mas não tem transparência”, criticou o parlamentar, que aposta em consenso na aprovação da emenda, a exemplo do que aconteceu nos governos de Wilma de Faria (PSB). “Acima de 5%, o Governo terá que consultar a Assembleia. É uma forma de estimularmos o debate e a transparência”, observou o petista.

No total, 338 emendas foram apresentadas ao orçamento de 2013, sendo R\$ 74 milhões para emendas coletivas.



► Ministério Público, Tribunal de Justiça e TCE pleiteiam mais dinheiro do que está na proposta do governo



TIROTEIO

Se Dilma não abrir o olho, o Brasil pode sair da posição de bola da vez para a de último da fila, o bola murcha.

DO SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN), sobre a revista “The Economist” ter sugerido a demissão de Guido Mantega pelo fraco resultado da economia.

CONTRAPONTO

TESTE DE QUALIDADE

Há um ano, durante a entrega do prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar, o ministro Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência) ensinou à plateia receita caseira de licor de baru - castanha usada em refeições de alunos. À ocasião, ouviu dos convidados que o alimento seria afrodisíaco, e foi alvo de brincadeira de Antoninho Trevisan, da ONG Ação Fome Zero.

Um ano depois, o ministro não perdeu a oportunidade de lembrar o episódio. Assim que pegou o microfone na cerimônia deste ano, disse ao empresário:

– A castanha está dando certo, viu? Muito obrigado!

MUDANÇAS NO ORÇAMENTO DO JUDICIÁRIO

As emendas apresentadas pelos parlamentares não se limitariam a interferir no índice de remanejamento do Executivo. Outros poderes também foram afetados na medida em que viram parcialmente negado os pleitos que formalização ao orçamento de 2013.

O Tribunal de Justiça foi o mais afetado. O Judiciário requereu um incremento de R\$ 86 milhões em seu orçamento, que se somariam aos R\$ 801 milhões, valor fixado para as despesas do TJ no próximo ano. Na Comissão de Finanças, contudo, a proposta original foi modificada e apenas 30% (R\$ 26 milhões) foram conseguidos.

O Ministério Público foi o que mais conseguir emplacar em aditivos. O orçamento foi fixado para 2013 em R\$ 227 milhões, mas o MP não se contentou e pediu mais R\$ 39 milhões. Do total, R\$ 19 mi foram inclu-

ídos na peça, o que representa 47% do valor original.

O Tribunal de Contas do Estado também foi atingido. O TCE requerem mais R\$ 16 milhões para seu orçamento, apenas R\$ 7 mi foram incluídos para apreciação.

As mudanças foram definidas na quarta-feira durante reunião da Comissão de Finanças e Fiscalização (CFF) da AL. Presidida pelo deputado Tomba Farias (PSB) e tendo ainda como integrantes Hermano Moraes (PMDB) e o relator da matéria, a CFF levou em consideração para os cortes a execução do próprio orçamento deste ano.

Para Tomba Farias, as concessões, mesmo parciais, é uma maneira da Assembleia Legislativa mediar o conflito entre o Governo do Estado e os demais poderes.

“Tiramos de um canto e colocamos em outro. Fomos remane-

jeando para poder atender o MP, TJ e TCE. Dessa forma, tranquilizamos os poderes quanto à questão da contenda financeira entre ele”, comentou ao NOVO JORNAL.

Faria explica que parte desses recursos foi retirada do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (Proadi) e da verba da publicidade oficial, reduzida em oito milhões de reais. Além disso, o superdimensionamento de algumas receitas foram preponderantes para os cortes terem sido realizados.

Sobre o índice de remanejamento que foi reduzido, o presidente da CLL espera, com a medida, despertar mais transparência. “Veja, para este ano, dos R\$ 646 milhões que seriam investidos para intervenções importantes para o Estado, apenas R\$ 96 mi foram efetivamente aplicados”, comentou.

ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Também na próxima quarta-feira, a Câmara Municipal de Natal vota o orçamento do Município para 2013. Atualmente, a peça está em fase de apresentação de emendas. Em primeira votação, ele foi aprovado ao fim do mês passado. O orçamento está estimado em R\$ 2,1 bilhões.

Pela estimativa feita pelo vereador Raniere Barbosa (PRB) a média de vereadores que apresentam emendas fica em cinco parlamentares. Paralelamente, os blocos ou bancadas articulam as emendas coletivas.

Novo Jornal no iPad. Sua dose diária de opinião, na ponta dos dedos.

ACESSO: iPhone, iPad, Android

NOVO JORNAL

3342.0369

novojornal.jor.br

novojornalrn

Carlos Fialho
escreve nesta coluna
aos sábados

O mijaço

O primeiro a chegar veio pela Romualdo Galvão. A madrugada escura velava sua caminhada. Não se sabe o que o motivou a percorrer toda a extensão da avenida, cansado e trôpego de embriaguez cervejeira. Quem sabe tenha sido o texto de algum jornalista que falara a respeito de como o carnatal transforma bairros inteiros em latrina a céu aberto? Talvez por isso, tocado por aquela constatação feita no jornal, decidira não aliviar-se assim que saiu do bloco. Teria sido fácil. Bastaria chegar em qualquer muro, encostar em qualquer poste e descarregar os litros de urina acumulados de costas pra rua. O líquido amarelado, de odor forte e azedo, marcaria a calçada e escorreria pelo meio fio, deixando as ruas de Lagoa Nova com cheiro de mijo por uns 10 dias ou mais.

Sua escolha, porém, foi a de segurar a onda. Manteve dentro de si o líquido a ser excretado e decidiu fazê-lo distante dali, num lugar especial. Após andar quase todo o comprimento da Romualdo, no sentido da Praça Augusto Leite, dobrou à direita numa ruazinha para virar novamente à direita numa íngreme ladeira, descendo um pequeno trecho. No percurso do corredor da folia até ali, cantou diversas vezes o jingle da festa: "Ô, Ô, Ô, Sorria! A festa é sua, meu irmão. Sorria!" Sentia que o suor que escorria da pele, levava consigo o efeito inebriante das muitas latrinas de Skol consumidas.

O alívio de uma boa urinada, somado ao

efeito revigorante das providências que tomaria ao chegar em casa (banho, sanduíche, água, sono), terminariam por restabelecer por completo sua sobriedade e disposição. Em meio aos devaneios e pensamentos frouxos, ele chegou onde queria. Vislumbrou a casa onde se viam 3 vagas para estacionamento e na fachada lia-se o nome da empresa produtora do evento. Quase não se aguentando mais, aproximou-se, abriu o zíper da bermuda, apontou e despejou tudo quanto pôde no pé da parede. Abriu um largo sorriso enquanto, de olhos fechados, se livrava daquele inoportuno peso extra.

O primeiro a chegar não percebera, mas ele não era o único a fazer aquela mesma peregrinação. Centenas o seguiram pela Romualdo sem saber bem o porquê. Andavam distraídos, conversando sobre assuntos diversos, cotidianos, a respeito o evento que acabara de ocorrer. De abadás ainda nos corpos oleosos, andavam conduzidos por alguma força inconsciente, que pairava no ar, mas não se revelava por completo. Todos ali tinham o mesmo destino, apesar de não comentarem uns com os outros para onde iam. Todos tinham bebido muita cerveja e poderiam bem ter se desfeito dos volumes de suas bexigas ainda próximos de onde ocorreria a grande festa da cidade. Não se sabe a razão de não o terem feito. Preferiram a longa caminhada.

Outro grupo, mais numeroso ainda, veio

pela Salgado Filho. Vistos aproximar-se, davam a impressão de comporem um enorme bloco carnatalesco. Era tão grande a multidão que, ao atingir o cruzamento com a Alexandrino de Alencar, dividiu-se em duas partes. Parte desceu pela própria Alexandrino até alcançar a mesma íngreme ladeira já citada e subi-la com esforço e determinação. Outros seguiram pela rua da Arituba Turismo, dobrando e percorrendo ruazinhas de paralelepípedo e uma praça, antes de se juntar à multidão que já se aglomerava à frente da empresa de promoção.

Muitos foliões desceram diretamente dos camarotes para táxis que formaram verdadeiras caravanas rumo ao destino comum de todos os foliões. Saíram dos carros animados para contribuir com tão relevante e espontânea iniciativa cívica.

Quando o primeiro a chegar abriu os olhos e soltou um suspiro de satisfação, ouviu vários jatos de líquido de um lado e de outro. Já eram muitos os que descarregavam suas tensões na calçada da empresa, vingando-se de anos seguidos de sujeira e dejetos humanos depositados em suas calçadas. Eram mais de duas décadas de fétidas segundas-feiras de dezembro que finalmente encontravam sua redenção. Estima-se que, às 2h30 da manhã, mais de duas mil pessoas aguardavam sua vez em filas quilométricas, enquanto algumas dezenas se espremiavam e soltavam o mijo contra a parede e o chão do es-

tacionamento da velha firma.

As mulheres, acanhadas no início, foram vencidas pelas pressões fisiológicas e, através de uma estratégia astuta e colaborativa, agachavam-se num canto do estacionamento, enquanto várias outras formavam uma barreira humana cheia de pudor e solidariedade.

Logo a notícia se espalhou pela Internet. Fotos registradas em smartphones e postadas em redes sociais transmitiam ao vivo os acontecimentos surreais. Muitos eram os que iam até o local para ver com seus próprios olhos o evento de protesto que já vinha sendo chamado na Internet de "mijaço". Graças à liderança da militante virtual e jornalista Gabi do Gato, muitas pessoas que nem tinham participado do carnatal foram até o local contribuir com uma mijadilha a toa. Alguns juram ter visto o publicitário, jornalista e blogueiro Ricardo Rosado de Holanda, entre os que aderiram ao movimento esperando sua vez para despejar todo o seu apreço nos muros da empresa. Ele não confirma.

Era tanta gente dando sua descarregada que o Mijaço durou até meados de meiodia de segunda-feira. No fim do evento, antes de seguirem seus respectivos caminhos, os derradeiros participantes trocaram olhares cúmplices. Não falaram nada, mas ficou implícito: "ano que vem, todo mundo aqui". Lavando a alma com a urina que escorre pelas paredes dos empresários que emporcalham a cidade ano após ano.



**CAPACIDADE: PROFISSIONAIS TREINADOS E EXPERIENTES
PARA REALIZAR O SONHO DE CADA CLIENTE.**

Plural

ERICK PEREIRA
Advogado ▶ ewp@erickpereira.adv.br



Erick Pereira escreve
nesta coluna aos sábados

Conecte-se

O leitor pode fazer a sua denúncia
neste espaço enviando fotografias

▶ cartas@novojornal.jor.br



twitter.com/NovoJornalRN



facebook.com/novojornalrn



novojornal.jor.br/blog



O fim da senzala? – 2

Fim de ano, bastidores a mil. Dos mais complexos e manifestos aos mais singelos e encobertos. Da política à cozinha, resoluções são tomadas e ações são empreendidas, acalentadas por conflitos e sentimentos que não ousam extrapolar os espaços privadas.

Por trás do sucesso das festas e comemorações de fim de ano, do conforto dos convívios e anfitriões, das delícias do fogão e do retorno à ordem no dia seguinte, estão os empregados domésticos. Que tremem só de pensar na convocação imperiosa dos patrões, qual perus na antevéspera do Natal. Alguns escapolem antes, arranjam desculpas, doenças, pedem pra sair. E os festeiros de plantão se põem à caça de novas vítimas, algumas sem qualquer aptidão ou disposição para a labuta doméstica.

Digo isso com causa, pois soube que tem gente de olho num razoável mestre nas artes da antiga e démodé culinária intuitiva. Vi quando ele amadureceu, construiu casa e família, comprou seu carrinho. Juntos, desenvolvemos receitas dificilmente traduzíveis para volumes exatos, unidades de medida. Hoje, enquanto ele se gaba de gozar da preferência da família, digo que fui seu professor. Contingências da boa sorte se acumularam numa história de convivência que considero satisfatória. E que o dinheiro não compra.

A relatora da "PEC das Domésticas", deputada Benedita da Silva (PT-RJ), ela mesma uma ex-empregada doméstica, defende que a classe média tem que se moldar às necessidades e garantias de direitos dos empregados. "Não podemos mais manter os costumes que vigoram desde a escravidão". Mas, os nostálgicos da senzala anunciam em polvorosa que a ampliação dos benefícios poderá representar a extinção da profissão em vista dos enormes custos que serão impostos à pobre classe média, a ponto de inviabilizar a contratação desses trabalhadores. Bom, pelo menos ajudaria a extinguir alguns hábitos escravistas que tem perdurado sob diversos disfarces ao longo dos últimos 200 anos.

Mal acostumados, preconceituosos e bestas, muitos ainda defendem ou toleram políticas de condomínio que orientam os empregados a utilizar somente o elevador de serviço. Em locais, onde, ironicamente, os cada vez mais diminutos apartamentos da classe média ainda insistem em reservar cubículos – senzalas modernas – para os serviços. E, quais senhores da Casa Grande, há aqueles que também acham justas e decorosas as relações ambíguas – trabalho e família – que consentem que agregadas aos pobres recebam comida, abrigo precário e baixos salários em troca de serviços domésticos extenuantes. Metamorfoses da escravidão. Passou, faz tempo, da hora da alforria.

Natal sem Natal

A crônica escrita por Moura Neto, em Artigo, é uma joia que deve ser relançada várias vezes para que seja oportunizado ao maior número de leitores possíveis interiorizar esta verdadeira pérola. Ninguém poderia, em sã consciência, dizer e mostrar tantas verdades juntas. Só faltou dizer uma frase: Adeus Mícarla, e não olhe nem para trás... Parabéns, você foi fantástico.

Judson Xavier
Por e-mail

Aposentadoria

Senhor Editor: O congressista (deputado/senador) deve ser um assalariado somente durante o seu mandato. Não haverá "aposentadoria por tempo de parlamentar", mas contará o prazo de mandato (exercício) para agregar ao seu tempo de serviço junto ao INSS referente à sua profissão. Os congressistas e funcionários contribuirão para o INSS. Toda contribuição (passada, presente e futura) irá para o fundo atual de aposentadoria do congresso onde passará para o regime do INSS imediatamente. Os senhores deputados e senadores participarão dos benefícios dentro do regime do INSS exatamente como todo nós brasileiros. O fundo de aposentadoria

não pode ser usado para qualquer outra finalidade. Os senhores congressistas e assessores deverão pagar seus planos de aposentadoria, assim como todo nós brasileiros. Aos senhores congressistas fica vedado aumentar seus próprios salários e gratificações fora dos padrões do crescimento de salários da população em geral, no mesmo período. O congresso e seus agregados perderiam seus atuais seguros de saúde pagos por nós contribuintes e passariam a participar do mesmo sistema de saúde do povo brasileiro. O congresso deverá igualmente cumprir todas as leis que impõe ao povo brasileiro, sem qualquer imunidade que não aquela referente à total liberdade quando na tribuna do congresso. Aos congressistas, exercer um mandato no congresso seria uma honra e uma responsabilidade, não uma carreira. Os parlamentares

não deverão servir em mais de duas legislaturas consecutivas. Ficará vedada a atividade de lobista ou de "consultor" quando o objetivo tiver qualquer "laço de amizade com a coisa pública". Talvez assim, com uma PEC dessa - fosse - aprovada poderia consertar o congresso. Não podemos ser acomodados. Não adianta só reclamar... temos mais é que reagir (reivindicar, gritar, exigir). P.S. Eu mandei esse e-mail (cartinha) para nossos representantes para verem o que "acharão/dirão".

Antonio G. dos Santos
Por e-mail

Juvenal Lamartine

Excelente a sugestão apresentada pelo diretor do Sinduscon a este jornal, o de dar uma destinação mais útil ao estádio Juvenal Lamartine. O curioso é que enquanto ele estava abandonado

ninguém moveu uma palha, mas agora que no lugar dele pode ser construído um parque surgem os inúmeros defensores. Só mesmo em Natal isso acontece. Todo mundo jogando pra torcida.

Helder Gonçalves
Por e-mail

Niemeyer

Excelente a reportagem mostrando o desrespeito com as obras do arquiteto Oscar Niemeyer no Rio Grande do Norte. Mostra que por aqui nada funciona, tudo é sem controle. Num país mais sério, os responsáveis por esse abandono seriam punidos. Em relação ao que a senhora Mícarla fez com o Parque da Cidade, ela merece bem o lugar onde se encontra. Tenho dito.

Maria Creusa Bezerra
Por e-mail

Assine
3342.0350

Em até 12 x nos cartões



NOVO
JORNAL

Diretor Cassiano Arruda Câmara
Diretor Administrativo Lauro Jucá
Diretor Comercial Leandro Mendes
Diretor de Redação Carlos Magno Araújo

Telefones
(84) 3342-0369 / 3342-0358 / 3342-0380

E-mails
redacao@novojornal.jor.br / pauta@novojornal.jor.br /
comercial@novojornal.jor.br / assinatura@novojornal.jor.br
Para assinar (84) 3342-0374

ANJ ASSOCIAÇÃO
NACIONAL
DE JORNALIS-
TAS
www.anj.org.br

IVZ
INSTITUTO VIGILANTE DE DEFESA

Endereço
Rua Frei Miguelinho, 33, Ribeira
CEP 59012-180, Natal-RN
Representante comercial
Engenho de Mídia - (81) 3466.1308



Av. Romualdo Galvão

 NEW THINKING.
HYUNDAI NEW POSSIBILITIES.


FIFA WORLD CUP
Brasil
PATROCINADORA OFICIAL

SANTAFE 2.4

A SOFISTICAÇÃO, O LUXO E A TECNOLOGIA DE UM DOS CARROS MAIS AVANÇADOS DO MERCADO MUNDIAL.


GARANTIA HYUNDAI
5 ANOS
SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM

CONSULTE CONDIÇÕES NO SITE

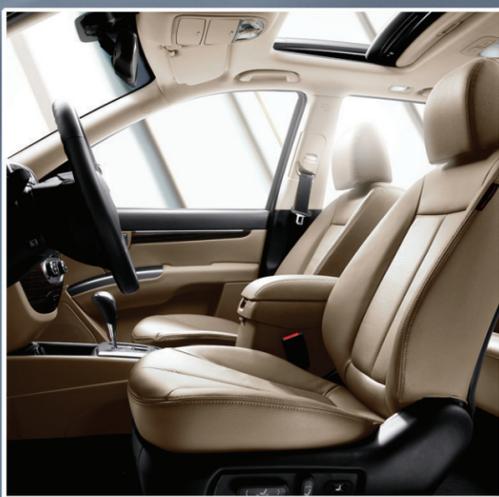


SANTA FE.

O CONFORTO DE UM CARRO DE LUXO COM DESEMPENHO PARA CHEGAR A QUALQUER LUGAR.

TAXA ZERO

50% DE ENTRADA E SALDO EM 24X SEM JUROS.



GPS ORIGINAL DE FÁBRICA
DVD PLAYER, TELA DE LCD 7" TOUCHSCREEN, IPOD, BLUETOOTH E CÂMERA DE RÉ.



CÂMERA DE RÉ COM SENSOR DE DISTÂNCIA E DISPLAY DE LCD NO RETROVISOR.

10 AIR BAGS (FRONTAIS, LATERAIS E DE CORTINAS). SEGURANÇA 5 ESTRELAS



CONTROLE DE DECLIVE DBC (DOWNHILL BRAKE CONTROL) AUXILIA A DIRIGIBILIDADE DO CARRO, EM DESCIDAS COM GRANDE INCLINAÇÃO E BAIXA ADERÊNCIA, AO TOQUE DE UM BOTÃO.



FRENTE COM GRADE DIANTEIRA CROMADA E POVO ACABAMENTO DE METAL.

TRASEIRA COM NOVAS SAÍDAS DE ESCAPAMENTO E POVO ACABAMENTO.



NATAL LAGOA NOVA
AV. PRUDENTE DE MORAIS, 4011-A
(84) 2010.1111

 **HYUNDAI**
CAOA

 **CONSÓRCIO HYUNDAI**

O PARCEIRO IDEAL PARA O SEU PROJETO DE VIDA.

FINANCIAMENTO NA MODALIDADE CDC PARA O VEÍCULO SANTA FE 2.4L, 0 KM, ANO/MODELO 2011/2012, CAT. V109, SENDO R\$ 48.750,00 DE ENTRADA E 24 PARCELAS DE R\$ 2.174,60 (COM SPF*). VALOR À VISTA R\$ 97.500,00. VALOR TOTAL DA ENTRADA MAIS FINANCIAMENTO: R\$ 100.940,40. TARIFA DE R\$ 780,00 COBRADA PELO BANCO ALFA S/A PARA REGISTRO DE CONTRATO, CONFEÇÃO DE CADASTRO ETC. TAXA DE 0% A.M. (COEFICIENTE 0,04167) E 0% A.A., MAIS IOF OBRIGATÓRIO DO GOVERNO, FORMANDO O COEFICIENTE APLICADO COM IOF DE 0,04233. TAXA DO CET MAIS IOF DE 0,13% A.M. E 1,53% A.A. JUROS SUBSIDIADOS PAGOS PELO DISTRIBUIDOR. CADASTRO SUJEITO A APROVAÇÃO. CASO O CADASTRO NÃO SEJA ACEITO PELO BANCO ALFA, DEVERÁ SER ENCAMINHADO PARA OUTRAS FINANCEIRAS QUE PRATICAM MAIORES TAXAS. FINANCIAMENTO PRATICADO PELAS LOJAS HYUNDAI CAOA. PLANO DE FINANCIAMENTO VÁLIDO PARA VEÍCULOS NAS CORES PRETA E PRATA ATÉ 10/12/2012. ALGUNS EQUIPAMENTOS DESCRITOS NAS FOTOS E NOS TEXTOS SÃO OPCIONAIS E PODEM OU NÃO ESTAR DISPONÍVEIS NA VERSÃO APRESENTADA NESTE ANÚNCIO. CONSULTE O DISTRIBUIDOR. FRETE E PINTURA NÃO INCLUSOS. CONDIÇÕES SEM USADO COMO ENTRADA. * SEGURO PROTEÇÃO FINANCEIRA (OPCIONAL). FOTOS MERAMENTE ILUSTRATIVAS.

 Transportadora exclusiva até 31/8/2029
(11) 4341-3000 - (51) 3373-3000

 IBAMA
2008-2010
500000000


OFICINA PREMIUM
AGENDE SUA REVISÃO

84 2010.8000

AV. AMINTAS BARROS, 1880
LAGOA NOVA

Respeite a sinalização de trânsito

Economia



Editor
Everton Dantas

E-mail
evertondantas@novojornal.jor.br

Fones
84 3342.0358 / 3342.0350

UNICRED
NATAL/RN
UM TIME VENCEDOR
Fale com a gente - 4009.3535



INDICADORES

	DÓLAR	EURO	IBOVESPA	TAXA SELIC	IPCA (IBGE)
COMERCIAL	2,091		1,44%		
TURISMO	2,180	2,683	58.487,32	7,5%	0,41%



OBRA ABERTA

/ VIA COSTEIRA / BRA CAMINHA PARA RETOMAR OBRA DE HOTEL NA VIA COSTEIRA APÓS READEQUAÇÃO. MUDANÇA DE ENTENDIMENTO DO IBAMA É O QUE ESTÁ PERMITINDO AVANÇO. E PODE REPRESENTAR LIBERAÇÃO DA ORLA

Retomada das obras do hotel devem requerer mais R\$ 35 milhões e prevê compensação da parte demolida

ARGEMIRO LIMA / NJ

TALLYSON MOURA
DO NOVO JORNAL

DEPOIS DE SEIS anos parada, a obra do hotel da BRA, na Via Costeira, deverá ser retomada no início de 2013. O projeto passa por uma adequação que está sendo avaliada pelos órgãos ambientais. Se tudo caminhar para a liberação da licença, como defende a Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo (Semurb), as obras serão reiniciadas no primeiro trimestre do próximo ano e concluídas até o início de 2015.

O grupo NATHWF Empreendimentos, responsável pela obra, já investiu mais de R\$ 30 milhões na construção. "Para retomar, não serão gastos menos que R\$ 35 mi-

lhões a mais", afirmou o advogado do grupo, Kaleb Telles. O gasto inicial era avaliado em R\$ 50 milhões. Detalhes, como a quantidade de leitos, ainda não foram definidos, já que há adequações a serem feitas. "Mas nós certamente vamos entregar um hotel nos altos padrões da via costeira", assinalou otimista.

A obra foi embargada sob a justificativa de que ultrapassara o gabarito — altura permitida para edificações — na área, levando em consideração as normas previstas no Plano Diretor de Natal (PDN) vigente à época. O máximo permitido era 15 metros a contar do solo, mas o oitavo pavimento construído ultrapassou esse limite em uma das alas. A construção

esta situada numa Zona Especial Turística (ZET-2), que tem prescrições específicas.

Se fosse sob luz do PDN vigente atualmente, o problema ainda seria mais sério. Hoje nenhuma nova construção na área pode ultrapassar a linha da calçada da Via Costeira. Para se adequar aos padrões exigidos pelos órgãos ambientais, o grupo NATHWF apresentou um novo projeto. Nos autos do processo de conciliação, consta a demolição do último pavimento da ala norte, única que ultrapassou o gabarito, e a construção de um mirante para o uso da população. O secretário de Meio Ambiente e Urbanismo, Sueldo Medeiros, explicou que o hotel tem uma área de 500 metros de extensão e deve

AUGUSTO RATIS / ARQUIVO NJ



Sueldo Medeiros, da Semurb

disponibilizar cerca de 100 metros de mirante para o uso público. A parte demolida, pode ser compensada na área lateral, o que evita a diminuição do potencial construtivo do hotel.

O embargo foi resultado de uma antecipação da construtora. Antes de conseguir que a licença fosse expedida, acreditando plenamente na liberação, iniciou a obra e chegou ao polêmico oitavo pavimento. Sueldo explicou que, na verdade, o processo estava caminhando para que acontecesse a liberação, mas a empresa ultrapassou o limite e a licença foi suscitada. Agora, para que esse problema não se repita, a Semurb solicitou que qualquer adequação a ser feita no projeto seja comunicada previamente, evitando que a justiça tome uma decisão baseada em um projeto fora das normas. Por isso, há atualmente uma série de órgãos envolvidos nesse processo de conciliação. Na última quarta-

feira, 5, uma comissão formada por representantes da Semurb, da Procuradoria da República, Advocacia Geral da União (AGU), Ibama, Procuradoria do Município e do grupo NATHWF estiveram no local para conhecer a situação in loco.

Ontem, mais uma reunião foi realizada na AGU entre os envolvidos. O próximo passo é uma nova visita, mas agora, por membros dos órgãos ambientais (Ibama, Idema e Semurb). Haverá também uma reunião técnica com esse grupo para se chegar a um posicionamento sobre o novo projeto. A intenção é tabular um acordo até dia 27 deste mês e apresentá-lo à justiça, que decidirá sobre o caso.

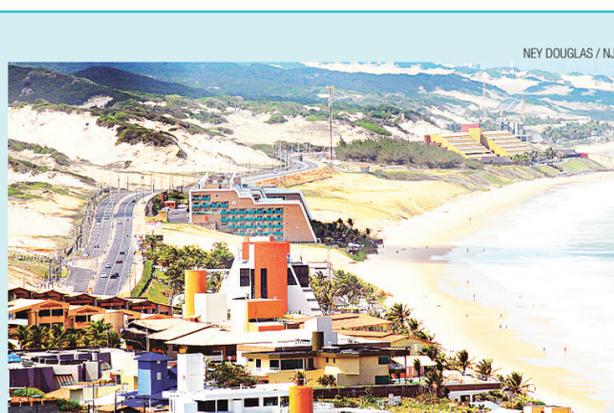
ÁREAS SERÃO PRESERVADAS

A ideia é também incluir no acordo que está sendo tabulado a preservação de 11 das 17 áreas que ainda não foram edificadas na Via Costeira,

permitindo a construção de equipamentos públicos para que a população tenha um acesso maior. "Hoje a via costeira não é bem utilizada pela população. Não queremos que ela seja apenas um depósito de pessoas", afirmou.

As outras seis áreas são aquelas em que não há prédios, mas há projetos embargados. Mesmo estes casos não estando no centro da discussão atualmente, a ideia, explicou Medeiros, é que sejam tratados como prioridade e que também passem por um processo de adequação para que as licenças possam ser dadas.

O secretário de Meio Ambiente e Urbanismo ainda reforçou que este andamento será levado ao conhecimento da equipe de transição para saber se realmente faz parte do interesse do novo prefeito. Para se não conseguir assinar o acordo neste ano, assinar no próximo.



Via Costeira ainda entrará na pauta da nova administração

"UM PROBLEMA DE CADA VEZ"

Apesar de a atual gestão está trabalhando para desamarrar os nós dos projetos da Via Costeira, é provável que não haja tempo hábil para isso. E essa transição pode travancar o andamento do processo. A nova gestão não tem nenhuma definição sobre o tema e deve priorizar outras questões. "Nós estamos enfrentando tantos problemas. Acho que é melhor resolver uma coisa de cada vez", assinalou a coordenadora da equipe de transição de Carlos Eduardo, Virginia Ferreira.

Virginia ressaltou ainda que a equipe da Secretaria Municipal de Obras Públicas e Infraestrutura ainda

está sendo montada, o que corrobora para a indefinição prévia quanto ao assunto. Por outro lado, ela garante que todo o trabalho será construído junto à procuradoria municipal e que esta discussão sobre a via costeira, mais cedo ou mais tarde, entrará em pauta. "Tudo será discutido quando a equipe estiver completa", reforçou.

Antes disso, porém, há outras prioridades. "Nós estamos discutindo a orla, discutindo os projetos de mobilidade da Copa de 2014, discutindo as emendas que estavam prestes a perder e como pagar o funcionalismo a partir de janeiro. Não dá pra se apressar", atestou.

DO JEITO QUE ESTÁ, NÃO INTERESSA AO MINISTÉRIO PÚBLICO

ANASTÁCIA VAZ / ARQUIVO NJ

O Ministério Público Federal é o autor da ação que embargou a construção do hotel na Via Costeira. Hoje, anos depois, é um dos principais atores pela busca de uma conciliação e retomada da obra, com adequações. "Do jeito que a obra está, parada há anos, não interessa a ninguém", afirmou o procurador da República de Meio Ambiente, Fábio Venzon.

A tentativa por uma conciliação, lembrou, começou ainda em 2011, mas no entendimento anterior do Ibama, não seria possível continuar a obra. O órgão classifica o lugar como uma Área de Preservação Permanente (APP), o que impossibilitaria a ocupação. No entanto, agora, o Ibama entende que é possível fazer um acordo e foi essa mudança que possibilitou a retomada do processo de conciliação.

De acordo com o procurador da República, outro fator contribuiu para que se lute por uma conciliação: "Surtiu a possibilidade de ter um



Fábio Venzon, do MPF

ganho ambiental, que seria a criação de outras áreas onde não se pode edificar", explicou. Um projeto atualizado da área está passando por adequações para entrar nos padrões do plano diretor de 2004, vigente na época em que o hotel começou a ser erguido.

DINHEIRO AO VENTO

/ EÓLICA / FALTA DE LINHAS DE DISTRIBUIÇÃO IMPEDEM PRODUÇÃO DE ENERGIA E GERA DESPESA DE R\$ 380 MILHÕES PARA CONSUMIDORES, INCLUINDO OS POTIGUARES

► Só no RN estima-se que a falta das linhas está impedindo a produção de 500 megawatts de energia. Mesmo assim o consumidor está pagando a conta

CLÁUDIO OLIVEIRA
DO NOVO JORNAL

O CONSUMIDOR ESTÁ pagando caro pela energia das usinas eólicas que estão prontas e aptas a funcionar, mas não produzem por falta das linhas de transmissão de energia. De acordo com cálculos da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a despesa para os consumidores brasileiros beira os R\$ 380 milhões. Parte desse dinheiro, não se engane, está saindo do bolso dos potiguaros.

Os valores estão embutidos na conta de energia e, de acordo com o diretor do Cerne (Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energia), Jean Paul-Prates, ainda não foi realizado um cálculo para saber quanto o consumidor potiguar paga pela energia que não usa das eólicas do município de João Câmara.

A conta funciona como uma espécie de fundo para o governo compensar os investidores que venceram os leilões eólicos. É a garantia dada pelo Governo para os investidores não terem prejuízos, caso ocorram problemas externos que impossibilitem a produção. Como os parques estão prontos, mas o escoamento da produção não foi cumprido pelo governo, existe a obrigação de compensá-los por manter os parques parados. Todavia, a conta vai para o consumidor. "Esse custo faz parte do sistema elétrico e mesmo que as usinas comecem a produzir, continuará sendo cobrado. A diferença é que paga-se pela energia que está sendo usada", explica Prates.

As instalações para conexão compartilhada de geradores (ICGs), chamadas linhas de transmissão, no Rio Grande do Norte deveriam ter entrado em operação há oito meses, dentro do prazo estabelecido no leilão de 2010, arrematado pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf). Com o atraso, o Rio Grande do Norte está deixando de produzir 500 megawatt (MWt) de energia eólica. "A usina está pronta. O gerador preparado para produzir energia, mas não tem como gerar porque não há conexão para distribuir", reclama Jean Paul.

A produção dos parques eólicos parados João Câmara quase se iguala a dos parques eólicos já em funcionamento no estado, que geram cerca de 600 MWt, segundo Jean Paul Prates.

O atraso também se estende aos outros parques eólicos na Bahia e no Ceará, mas neste último uma parceria entre a Chesf com a empresa de aerogeradores argentina Impsa irá permitir que os parques utilizem as linhas de transmissão de que a empresa dispõe na região de Acaraú, na zona Norte do estado. No Rio Grande do Norte parte da energia eólica produzida

é conectada à Cosern e outra parte no sistema interligado que já existia, mas que não comporta a nova demanda. No início deste mês, ao participar do Fórum de Energia na Assembleia Legislativa do RN, o superintendente de projetos e construção de transmissão da Chesf, Antônio Varejão, declarou ao NOVO JORNAL que os atrasos se devem à morosidade dos órgãos estaduais

de licenciamento ambiental, bem como a negociações com proprietários de áreas por onde o linhão deve passar.

Varejão garantiu que até o final de 2013 o empreendimento será concluído com uma linha que vai interligar os parques eólicos de João Câmara e Extremoz até a subestação de Natal, seccionando a entrada desta, cuja linha será levada até João Câmara. Além

disso, serão ampliadas as linhas que interligam o sistema já existente de Mossoró II com a nova subestação Mossoró IV e com a de Touros. A partir daí o estado terá um acréscimo de 600 Km nas linhas de transmissão permitindo que os parques concluídos e parados, comecem a produzir e o estado passe a exportar 2/3 da energia que vai gerar somente por meio dos ventos.

Anexo IV à Circular nº 3.172 de 30 de dezembro de 2002 DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

Pedro Terceiro de Melo, brasileiro, viúvo, engenheiro civil, inscrito no CPF/MF 098.224.294-87 e RG nº 000.226.613 - ITEP/RN.

DECLARA sua intenção de exercer cargos de administração na Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. e que preenchem as condições estabelecidas no art. 2º da Resolução nº 3.041, de 28 de novembro de 2002.

ESCLARECE que, nos termos da regulamentação em vigor, eventuais objeções à presente declaração devem ser comunicadas diretamente ao Banco Central do Brasil, no endereço abaixo, no prazo de quinze dias contados da data da publicação desta, por meio formal em que os autores estejam devidamente identificados, acompanhado da documentação comprobatória, observado que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo.

BANCO CENTRAL DO BRASIL
Rua da Aurora, 1259, Santo Amaro, CEP nº 50040.090, Recife/PE

Construir colocando você em primeiro lugar.

Isso é respeito.
É relacionamento.
É solidez.



Ser transparente em tudo o que faz. Assim é a BSPAR, uma incorporadora que já nasceu forte. Seu trabalho é construir com qualidade e responsabilidade, cercando de cuidado o seu investimento. Desde a aquisição do terreno, passando pelo desenvolvimento e construção da obra. Isso porque sabe que lida com uma grande conquista: **a sua.**

BSPAR
INCORPORAÇÕES



Use seu leitor de QR-Code e confira o filme da campanha.

bspar.com.br

[/grupobspar](https://www.facebook.com/grupobspar)

[@grupobspar](https://twitter.com/grupobspar)

A Grife da Solidez



Editor
Moura Neto

E-mail
mouraneto@novojornal.jor.br

Fones
84 3342.0358 / 3342.0350

CASO / DESFECHO / POLÍCIA APONTA OS RESPONSÁVEIS PELO ESTUPRO E MORTE DA JOVEM MARIA LUIZA EM 2009; ACUSADOS JÁ ESTAVAM PRESOS POR OUTROS CRIMES

ENCERRADO

MARCO CARVALHO
DO NOVO JORNAL

TRÊS ANOS, SETE meses e 15 dias depois do assassinato da adolescente Maria Luiza Fernandes Bezerra, 15, a Polícia Civil e o Ministério Público apresentaram um desfecho para o caso. De acordo com a investigação, Thiago Felipe Rodrigues Pereira, "Thiago Cabeção", e Kleisson de Souza Freitas, "Negão", são os autores do homicídio registrado com sinais de crueldade. Comparsas da dupla ainda são investigados.

O Ministério Público ratificou o que foi apresentado pelo inquérito da Delegacia Especializada de Homicídios (Dehom) e ofereceu denúncia à Justiça contra os acusados. Na quinta-feira passada, a Justiça acatou a denúncia e deu início ao processo que irá apurar o ocorrido dando espaço para a defesa dos réus.

Para os investigadores, o crime teve motivação sexual. Maria Luiza seria assediada por Thiago. Como ele não conseguiu o que queria, resolveu cometer o crime. Perícias confirmaram que a vítima foi estuprada antes de ser assassinada e ter o corpo abandonado em um lixão.

Depoimentos de testemunhas foram fundamentais para que os investigadores montassem a cronologia do crime. Ao todo, mais de 100 pessoas foram ouvidas para que o inquérito pudesse apresentar uma conclusão. A garota foi



► Delegado Laerte Brasil (esq), titular da Dehom, conduziu as investigações

abordada e sequestrada pelos réus na noite de 21 de abril de 2009. O seu corpo foi encontrado com sinais de espancamento no dia 27 de abril.

Ambos responderão pelos crimes de homicídio triplamente qualificado, com as qualificadas de motivo torpe, utilização de meio cruel e recurso que dificultou a defesa da vítima. Além disso, são acusados de sequestro e cárcere privado, roubo qualifica-

do, estupro, vilipêndio e ocultação de cadáver.

A polícia utilizou de diversas técnicas para poder acusar a dupla, como interceptação telefônica, busca e apreensão, vistoria técnica e quebra de sigilo.

A Justiça expediu mandados de prisão preventiva contra os dois réus. Thiago e Kleisson já se encontravam detidos por investigações anteriores relativas a outros casos. Eles foram notificados

na unidade prisional e transferidos, a pedido do Ministério Público, para a Cadeia Pública de Nova Cruz, a cerca de 100 quilômetros de Natal. A transferência foi justificada como medida para assegurar que eles não irão escapar da prisão.

O juiz Jussier Barbalho Campos, da 3ª Vara Criminal de Natal, entendeu que, em liberdade, eles colocariam em risco a paz social. "Muito importa aqui mencio-

nar a gravidade das condutas vis e repugnantes, para se dizer o mínimo, imputadas aos acusados, em total desrespeito a vida humana, merecendo, por certo, repressão por parte deste Poder Judiciário, como forma de acautelar a sociedade como um todo, haja vista, dos autos surgirem elementos suficientes de que os mesmo tratam-se de pessoas de periculosidade concreta", lê-se na decisão do magistrado.



► Rosilene Fernandes, mãe de Maria Luiza: manifestação pedindo justiça

FAMÍLIA INSISTIU NA RESOLUÇÃO DO CASO

Desde os primeiros sinais de desaparecimento de Maria Luiza, a família da adolescente procurou a polícia. Após a descoberta do cadáver, parentes insistiram no empenho da polícia e na resolução do caso. Chegaram a fazer caminhadas cobrando agilidade nas investigações e ouviram promessas de dedicação por parte da Polícia Civil.

O caso ganhou repercussão dada a violência com a qual o crime foi cometido. Os detalhes de espancamento e estupro chocaram a cidade e deram força ao coro contra a impunidade dos criminosos. O inquérito passou pelas mãos dos delegados Fábio Rogério Silva, Adriana Shirley e, por fim, Laerte Jardim Brasil.

Ontem, o delegado Laerte destacou o empenho da família na cobrança por resultados. "A famí-

lia de Maria Luiza é um exemplo para a sociedade para sempre cobrar a investigação", disse.

O titular da Dehom destacou que a resolução do caso ocorreu apesar das deficiências de pessoal da Especializada. "Mostramos que é possível se chegar a uma conclusão de um crime complexo. Mas é preciso que sejam dados os meios, principalmente de pessoal".

O promotor Jovino Pereira chamou atenção para a necessidade de melhorias na PC e no Instituto Técnico-científico de Polícia (Itep). "É necessário que se retome a ideia de implantação da Divisão de Homicídios, que iria aprimorar a estrutura para apuração de crimes dessa natureza".

A reportagem tentou contato com a mãe de Maria Luiza, Rosilene Fernandes, mas não houve retorno aos telefonemas realizados.

THIAGO JÁ HAVIA SIDO PRESO SOB A MESMA ACUSAÇÃO

"Thiago Cabeção" já havia sido preso preventivamente em 2009 sob a acusação de ser o autor da morte de Maria Luiza. Ele foi libertado devido à falta de evolução do inquérito. Ele foi preso novamente em 21 de agosto desse ano. A acusação, no entanto, não era do homicídio da garota e, sim, de um homem em dezembro de 2008.

O crime teve como vítima Francinildo Cordeiro dos Santos. Em 21 de agosto desse ano, Thiago foi preso dentro de casa no bairro de Cidade da Esperança, zona Oeste de Natal. Thiago ainda responde a dois outros procedimentos relativos a porte de munição e drogas.

Kleisson Freitas, o outro réu do processo de Maria Luiza, já estava preso por uma acusação de furto em Extremoz e uma execução penal de violência doméstica. De acordo com a polícia, ele chegou a se mudar para estados vizinhos após a morte de Maria Luiza, mas retornou ao Rio Grande do Norte em 2011.

Kleisson chegou a alegar insanidade mental e foi transferido para unidade de tratamento de saúde enquanto aguardava avaliação psicossocial por parte do Estado. Ambos os réus encontram-se agora na Cadeia Pública de Nova Cruz.



► Thiago Cabeção: reincidente

A Polícia Civil identificou no curso das investigações coação de testemunhas do caso. Segundo a acusação, Thiago "Cabeção" teria intimidado testemunhas, forçando-as a mentir em depoimentos para o inquérito. Pessoas que contribuíram para a elucidação do caso afirmaram à polícia temer Thiago e, por isso, pediram ingresso no Programa de Proteção.

Há três meses, o Ministério Público requereu o ingresso de uma quantidade não revelada de testemunhas no programa. No entanto, até agora não foi sinalizada a possibilidade

de a proteção seja confirmada. Após colaborarem com a investigação, as pessoas estão abandonadas pelo Poder Público.

Os problemas com o Programa de Proteção decorrem atualmente da burocracia para a renovação de um convênio com uma Organização Não Governamental responsável pela execução do programa. No entanto, houve problemas recentes com repasses de verbas federais e estaduais à Ong que chegaram a prejudicar a forma que o suporte é prestado às testemunhas.

A partir de agora, a defesa dos réus terá 10 dias para enviar resposta por escrito à acusação. A reportagem do NOVO JORNAL tentou manter contato com a advogada Kátia Nunes, que representa Thiago Pereira, mas as chamadas não foram completadas.

O promotor Jovino Pereira classificou o trabalho da Polícia Civil como "primoroso". "O conjunto de provas são extremamente robustas e apontam as responsabilidades de Thiago e Kleisson. Ainda está sendo apurado o envolvimento de comparsas que teriam auxiliado na concretização do crime", disse em entrevista coletiva convocada na manhã de ontem na sede da Delegacia-geral de Polícia Civil (Degepol).

De acordo com o MP, há testemunhas que viram o momento em que Thiago raptou Maria Luiza. Além disso, há vestígios de sangue de Maria Luiza no carro pertencente a Kleisson, que era utilizado por Thiago e também na casa de um dos réus. Os laudos demonstram que a vítima tentou se defender até o último momento de vida.

O delegado Laerte Brasil, titular da Dehom, considerou encerrado os trabalhos da Polícia Civil no caso. Ele foi o responsável pelo inquérito de agosto do ano passado até a sua conclusão. "A investigação mostrou que o crime foi cometido sob um enfoque sexual. Thiago nutria afetos não correspondidos por Maria Luiza. Seu amigo, Kleisson, o ajudou na execução do crime", afirmou.

CRONOLOGIA DO CRIME

► 1 – 21/04/2009 (19h30-20h30): Maria Luiza é sequestrada na avenida Capitão Mor Gouveia, bairro Bom Pastor, e é colocada em um veículo modelo Gol, cor branca, que a Polícia Civil diz pertencer a Kleisson.

► 2 – De acordo com a acusação, a vítima foi levada até a residência de Kleisson no conjunto Jardim América e teria sido mantida em cárcere privado. Teria sido neste local que Maria Luiza foi agredida fisicamente e estuprada.

► 3 – A acusação aponta que os réus ficaram insatisfeitos com a reação da vítima e a esganaram com uso das mãos e roupas que tinham sido arrancadas anteriormente.

► 4 – Entre 21h30 e 23h do dia 21/04/2009, os réus teria transportado a vítima até um lixão no conjunto Jardim América. Teria sido nesse momento que a vítima, depois de morta, teria sido agredida com a introdução de um galho no órgão genital, que perfurou o útero e o intestino.

► 5 – O cadáver da vítima foi encontrado no dia 27 de abril de 2009.

APEC - SOCIEDADE POTIGUAR DE EDUCAÇÃO E CULTURA S.A.		
CNPJ(MF): 08.480.071/0001-40		
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		
ATIVO	2011	2010
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	2.789	3.790
Mensalidades a receber (Nota 6)	22.345	14.119
Despesas antecipadas (Nota 7)	367	1.598
Adiantamentos a empregados	391	89
Adiantamentos a fornecedores	34	206
Impostos a recuperar (Nota 8)	545	2.415
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-	400
Partes relacionadas (Nota 9)	6.097	919
Outras contas a receber	209	830
	32.777	24.366
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo	-	-
Mensalidades a receber (Nota 6)	7.402	-
Depósitos judiciais (Nota 17)	1.016	567
Despesas antecipadas (Nota 7)	522	602
Partes relacionadas (Nota 9)	83.152	68.479
Imposto de renda e contribuições social diferidos (Nota 18)	4.906	2.454
	96.998	72.102
Imobilizado (Nota 10)	66.524	53.856
Intangível (Nota 11)	2.265	1.174
	165.787	127.132
Total do ativo	198.564	151.498
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2011	2010
CIRCULANTE		
Fornecedores	4.194	6.670
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	16.063	20.367
Parcelamento de tributos (Nota 13)	1.925	1.853
Obrigações trabalhistas (Nota 14)	13.523	10.960
Obrigações tributárias (Nota 15)	6.061	5.681
Imposto de renda e contribuições social	209	-
Recebimentos antecipados (Nota 16)	5.451	2.974
Outros passivos	426	369
	47.852	48.874
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	10.672	-
Parcelamentos de tributos (Nota 13)	8.741	10.267
Partes relacionadas (Nota 9)	94.337	68.587
Provisões (Nota 17)	10.483	9.372
	124.233	88.226
Total do passivo	172.085	137.100
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social (Nota 19 (a))	9.256	3.956
Recursos para aumento de capital (Nota 19 (a))	-	5.300
Reservas de lucros	5.104	774
Lucros acumulados	12.119	4.368
Total do patrimônio líquido	26.479	14.398
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	198.564	151.498

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO		
Em milhares de reais, exceto lucro por ação.		
	2011	2010
Receita operacional líquida (Nota 21)	192.090	166.416
Custo dos serviços prestados (Nota 22)	(115.920)	(100.837)
Lucro bruto	76.170	65.579
Despesas operacionais		
Administrativas (Nota 22)	(47.301)	(42.702)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6)	(3.284)	(2.983)
Outras despesas operacionais, líquidas (Nota 23)	(9.709)	(10.167)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	15.876	9.727
Resultado financeiro (Nota 24)		
Receitas financeiras	10.590	10.207
Despesas financeiras	(15.737)	(16.032)
	(5.147)	(5.825)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	10.729	3.901
Imposto de renda e contribuição social (Nota 18)	1.390	(1.035)
Lucro líquido do exercício	12.119	2.866
Lucro líquido por ação - básico e diluído (Nota 19) - R\$	196,87	57,32

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Em milhares de reais.						
	Capital Social	Recursos p/ aumento de capital	Reservas de lucros	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
31 DE DEZEMBRO DE 2009	3.956	-	238	536	678	5.408
Ajuste de exercícios anteriores (Nota 19(c))	-	-	-	-	824	824
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 19(a))	-	5.300	-	-	-	5.300
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.866	2.866
31 DE DEZEMBRO DE 2010	3.956	5.300	238	536	4.368	14.398
Ajuste de exercícios anteriores (Nota 19(c))	-	-	-	-	(38)	(38)
Aumento de capital (Nota 19 (a))	-	5.300	(5.300)	-	-	-
Reserva de lucros	-	-	-	4.330	(4.330)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	12.119	12.119
31 DE DEZEMBRO DE 2011	<u>9.256</u>	<u>-</u>	<u>238</u>	<u>4.866</u>	<u>12.119</u>	<u>26.479</u>

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO		
Em milhares de reais.		
	2011	2010
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	10.729	3.901
Ajustes		
Depreciação e amortização	9.868	5.731
Perda na alienação ou baixa de ativo imobilizado	188	51
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	3.284	2.983
Juros, variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e parcelamentos	3.349	1.677
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	(423)	(675)
Software adquirido em exercícios anteriores	(1.394)	-
Ajuste de exercícios anteriores	(38)	824
(Reversão)/provisão para contingências	1.111	252
	26.674	14.744
Variação dos ativos e passivos		
Mensalidades a receber	(18.912)	(7.153)
Despesas antecipadas	1.311	(66)
Adiantamentos a fornecedor e funcionários	(130)	(157)
Impostos a recuperar	1.870	(170)
Partes relacionadas - intermediação de intercâmbio de alunos	-	153
Depósitos judiciais	(449)	(400)
Fornecedores	(2.476)	3.413
Obrigações trabalhistas	2.563	668
Obrigações tributárias	380	1.624
Recebimento antecipado	2.477	2.525
Outros ativos e passivos	678	(916)
Caixa proveniente das operações	13.986	14.265
Imposto de renda e contribuição social pagos	(453)	(5.007)
Juros pagos de empréstimos	(1.189)	(997)
Recursos líquidos gerado pelas atividades operacionais	12.344	8.261
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(21.891)	(19.117)
Aquisições de bens do ativo intangível	(597)	(326)
Valor da venda do ativo imobilizado	67	-
Concessão de mútuos à partes relacionadas	(10.838)	(7.658)
Recursos líquidos aplicado nas atividades de investimento	(33.259)	(27.101)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de mútuos com partes relacionadas	17.160	13.117
Captação de empréstimos e financiamentos	12.951	16.739
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	5.300
Liquidação de empréstimos e financiamentos	(8.313)	(11.236)
Liquidação de tributos parcelados	(1.884)	(1.794)
Recurso líquido gerado pelas atividades de financiamento	19.914	22.126
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(1.001)	3.286
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	3.790	504
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	2.789	3.790

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A APEC - Sociedade Potiguar de Educação e Cultura S.A. ("APEC" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de direito privado com sede em Natal, estado do Rio Grande do Norte e tem por finalidade a criação e manutenção de estabelecimentos educacionais de ensino em todos os níveis e graus, incluindo cursos de graduação, pós-graduação, mestrados, doutorados, extensão universitária, especializações, programas educacionais à distância, realização de seminários, palestras e eventos culturais; a locação e/ou sublocação de espaços físicos de seus campi para instalação de estabelecimentos comerciais que ofereçam serviços complementares aos seus alunos; e a prestação de serviços consultivos a empresas afiliadas e controladas. Atualmente, possui 55 cursos de graduação com destaque para odontologia, administração e medicina, e mais de 96 cursos de pós-graduação, além de possuir mestrado em administração. As operações da Companhia são geridas no contexto de um conjunto de empresas do Grupo Laureate, que atuam integradamente, e certas operações têm a coparticipação ou intermediação de empresas associadas. O benefício dessas operações e os custos da estrutura operacional e administrativa, observada a praticabilidade da atribuição, são absorvidos em conjunto ou individualmente.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 6 de agosto de 2012.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A Companhia elabora suas demonstrações financeiras utilizando a contabilização pelo regime de competência.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas e exercer julgamento para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisões necessárias para passivos contingentes e determinações de provisões para imposto de renda.

Nos exercícios de 2011 e de 2010, a Companhia não realizou operações qualificáveis para apresentação das demonstrações do resultado abrangente nos termos do CPC 26. Dessa forma, a Companhia não está apresentando as demonstrações de resultado abrangente para os exercícios de 2011 e de 2010.

(a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

(b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPC vigindo a partir de 2011 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por fundos fixos de caixa e depósitos bancários de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e a administração determina a sua classificação no reconhecimento inicial.

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem principalmente "Caixa e equivalentes de caixa", "Mensalidades a receber" e "Partes relacionadas".

2.4.2 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.3 Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

(i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;

(ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;

(iii) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;

(iv) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;

(v) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos.

O montante da perda por impairment é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos). O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.5. Mensalidades a receber

As contas a receber de mensalidades correspondem aos valores a receber de alunos pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as mensalidades a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As mensalidades a receber de alunos são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os descontos e bolsas concedidas, e subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face a eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos a receber.

2.6 Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

Os depósitos judiciais relacionados com processos cuja provisão esteja constituída estão apresentados ao custo como dedução do correspondente passivo constituído, uma vez que não existe a possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia. Os depósitos judiciais relacionados com processos não provisionados ou passíveis de resgate em um desfecho favorável, estão apresentados no "Ativo não circulante - realizável a longo prazo".

2.7 Imobilizado

Voltados para a prestação de serviço educacional, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição:

- . Móveis e utensílios são constituídos em sua maioria do mobiliário (mesas e cadeiras), utilizados nas salas de aula e demais dependências.
- . Equipamentos de laboratório são constituídos dos equipamentos e instrumentos direcionados para equipar os laboratórios de estudo e pesquisa.
- . Equipamentos e instalações estão localizados nas áreas administrativas e em várias dependências, como laboratórios e salas de aula.
- . Biblioteca é constituída dos acervos disponibilizados nas áreas de leitura e consultas localizadas em várias dependências.
- . Benfeitorias em imóveis de terceiros compreendem principalmente as adequações realizadas

nos prédios e edificações alugados de terceiros.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, considerando os seus custos e seus valores residuais igual a zero, durante a vida útil estimada (apresentado em anos), como segue:

	2011	2010
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4-25	4
Biblioteca	15	10
Equipamentos de laboratório	11	10
Equipamentos e instalações	11	15
Móveis e utensílios	10	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado.

A administração determinou que fosse feito estudo para identificar alteração na vida útil dos imobilizados registrados como ativos. A vida útil foi determinada por uma avaliação feita por avaliador independente e portador de licença para avaliação reconhecida e pertinente, com experiência recente em avaliações patrimoniais (Nota 10).

2.8. Intangíveis

(a) Desenvolvimento de disciplinas

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos incorridos no desenvolvimento de disciplinas são reconhecidos como ativos intangíveis quando for provável que os projetos serão bem-sucedidos, considerando-se sua viabilidade comercial, e somente se o custo puder ser medido de modo confiável. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos de desenvolvimento capitalizados são amortizados desde o início dos cursos, pelo método linear e ao longo do período dos benefícios esperado, estimado em cinco anos.

(b) Programas de computador (softwares)

Licenças adquiridas de programas de computador (softwares) são capitalizadas e amortizadas o longo de sua vida útil estimada, de forma linear, previsto para cinco anos.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

2.9. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

2.10. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivos circulantes uma vez que o pagamento é devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.11. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.12. Provisões

As provisões, incluindo aquelas para fazer face as ações judiciais (trabalhista, civil e

ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 18).

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral quando relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

3.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe aos riscos financeiros de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), de crédito e de liquidez.

(a) Risco de mercado

(i) Risco de cambial

Considerando que a Companhia não tem ativos e passivos significativos expostos ao risco cambial decorrente de moedas estrangeiras, não há uma política formal de administração de risco cambial pela Companhia.

(ii) Risco de taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos captados no mercado.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de renegociação dos contratos atualmente negociados.

(b) Risco de crédito

A Companhia é legalmente impedida de efetuar análise de crédito de seus alunos. As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 contemplam provisão para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber de alunos no montante de R\$ 9.615, correspondente a 24% (2010 - R\$ 9.636, correspondente a 41%) do saldo bruto das mensalidades em aberto, para fazer face ao risco de crédito. A análise detalhada das mensalidades a receber em aberto encontra-se apresentada na Nota 6.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pela área Financeira.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia mantinha caixa e equivalentes de caixa de R\$ 2.789 (2010 - R\$ 3.790), que agregados aos recursos que serão gerados pelas operações normais da Companhia se espera sejam suficientes para administrar o risco de liquidez. Além disso, como mencionado na Nota 1, a Companhia é parte integrante de um conjunto de empresas do Grupo Laureate.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos
31 DE DEZEMBRO DE 2011		
Empréstimos e financiamentos	16.063	10.672
Fornecedores	4.194	
Outros passivos	426	
31 DE DEZEMBRO DE 2010		
Empréstimos e financiamentos	20.367	
Fornecedores	6.670	
Outros passivos	369	

A análise dos vencimentos aplica-se somente a instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas outras obrigações decorrentes de legislação.

3.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para a manutenção de seus objetivos, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A gestão de capital relacionada a captação de recursos com terceiros ou com empresas ligadas no exterior não é administrada ao nível da Companhia, somente ao nível consolidado por meio de seu acionista controlador.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresentou dívida líquida (empréstimos menos caixa e equivalente de caixa) de R\$ 23.946 (2010 - R\$ 16.577).

3.3. Estimativa do valor justo

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalente de caixa, mensalidades a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos. Pressupõe-se que esses saldos pelo valor contábil estejam próximos de seus valores justos.

4. QUALIDADE DE CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade de crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou impaired pode ser avaliada mediante referência às instituições financeiras ou a classificação da característica do portfólio de mensalidades a receber:

Mensalidades a receber	2011	2010
Alunos ativos	10.782	9.781
Alunos inativos	6.008	5.989
Renegociada	105	586
Cartão de crédito	3.226	2.736
	<u>20.121</u>	<u>19.092</u>

. Alunos ativos - mensalidades a receber de alunos atualmente matriculados em algum curso, com menor risco de perda.

. Alunos inativos - mensalidades a receber de alunos que desistiram do curso, com alto risco de perda.

. Renegociada - mensalidades a receber de alunos inadimplentes e que foram renegociadas, em alto risco de perda.

. Cartão de crédito - mensalidades recebidas por meio de cartões de crédito, com baixo risco de perda.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de caixa e equivalentes de caixa totaliza o montante de R\$ 2.789 (2010 - R\$ 3.790). A Companhia atua com instituições financeiras de primeira linha no mercado financeiro.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2011	2010
Caixa e bancos conta-movimento	2.749	3.777
Aplicações financeiras	40	13
	<u>2.789</u>	<u>3.790</u>

Referem-se às contas bancárias destinadas ao recebimento de contas a receber e à liquidação das obrigações correntes da Companhia, não havendo restrições nem bloqueios judiciais para suas movimentações.

As aplicações financeiras com vencimentos inferiores a 90 dias da data do balanço são classificadas como equivalentes de caixa e estão demonstradas pelo valor de aplicação, acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data do balanço. As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB), sendo os ganhos e perdas realizados e não realizados reconhecidos no resultado.

6. Mensalidades a receber

(a) Ativo circulante

	2011	2010
Mensalidades a receber	20.121	19.092
Financiamento Estudantil (FIES)	9.372	4.663
PROEDUC e PROSUPERIOR	3.416	
Ajuste a Valor Presente - PROEDUC e PROSUPERIOR	(949)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.615)	(9.636)
	<u>22.345</u>	<u>14.119</u>

(b) Ativo não circulante - realizável a longo prazo

	2011	2010
PROEDUC e PROSUPERIOR	10.249	
Ajuste a valor presente	(2.847)	
	<u>7.402</u>	

Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) - é um programa do governo federal destinado a financiar a parte da educação superior de estudante, sendo parte financiada pelo poder público e grante pela universidade. Como benefício pela adesão, a Companhia realiza compensação das obrigações federais, no limite dos créditos originados pelo financiamento. Está registrada no grupo de contas a receber, por ter sua origem na prestação de serviço de graduação.

Programa de Incentivo à Educação Universitária (PROEDUC e PROSUPERIOR) - é um programa da prefeitura do município do Natal com o objetivo de conceder bolsas de estudos

para estudantes universitários de cursos de graduação, graduação tecnológica e cursos sequenciais de formação específica e cursos de pós-graduação. Como benefício pela adesão, a Companhia pode realizar a compensação de impostos municipais, no limite dos créditos originados pelo financiamento.

O ajuste a Valor Presente foi calculado de acordo com a expectativa para utilização dos créditos a receber do PROEDUC e PROSUPERIOR, estimado em 48 meses, considerando a taxa SELIC para desconto.

A análise de vencimentos das mensalidades a receber está apresentada a seguir:

	2011	2010
Vencido		
De 1 a 2 anos	4.496	4.964
De 211 a 365 dias	2.126	2.179
De 181 a 210 dias	603	67
De 121 a 180 dias	1.270	5.948
De 91 a 120 dias	1.358	1.285
De 61 a 90 dias	1.545	567
De 31 a 60 dias	1.766	357
De 1 a 30 dias	2.136	397
	15.300	15.764
A vencer	<u>24.062</u>	<u>7.991</u>
	<u>39.362</u>	<u>23.755</u>

As movimentações na provisão para impairment de mensalidades a receber da Companhia são as seguintes:

	2011	2010
Em 1º de janeiro	9.636	19.197
Provisão para impairment de contas a receber	3.284	2.983
Baixa de contas a receber incobráveis	(3.305)	(12.544)
Em 31 de dezembro	<u>9.615</u>	<u>9.636</u>

A constituição e a baixa da provisão para mensalidades a receber impaired foram registradas no resultado do exercício como "Provisão para créditos de liquidação duvidosa". A provisão é geralmente baixada contra as mensalidades a receber quando não há expectativa de recuperação dos recursos, após o período de dois anos da data de vencimento original do título.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil das mensalidades a receber mencionado anteriormente. A Companhia não mantém nenhum título como garantia de empréstimos e financiamentos.

7. Despesas antecipadas

	2011	2010
Aluguéis a vencer	637	1.900
Seguros a vencer	22	38
Outras despesas antecipadas	230	262
	<u>889</u>	<u>2.200</u>

Circulante

(367) (1.598)

Não circulante

522 602

8. Impostos a recuperar

	2011	2010
IRRF sobre aplicações financeiras	39	45
ISSQN (*)	311	2.216
PIS e COFINS	191	152
INSS	4	2
	<u>545</u>	<u>2.415</u>

(*) Em dezembro de 2008, a Companhia aderiu ao Programa de Incentivo à Educação Universitária (PROEDUC) criado pela prefeitura municipal de Natal, que permite que o valor ofertado como bolsa de estudo seja convertido em crédito fiscal e utilizado para quitar os débitos fiscais de ISSQN. Em 2011 houve mudança no tratamento contábil dado ao programa, o qual passou a ser considerado como um contas a receber com a prefeitura, por se tratar de bolsa de estudo cedida pela Companhia, mas ressarcidas pela prefeitura através de compensação de impostos municipais (Nota 6).

	2011	2010
Saldo no início do exercício		2.216
Créditos		70
Aproveitamento		(36)
Transferência para o contas a receber		(1.939)
		<u>311</u>

9. Partes relacionadas

	2011	2010
Ativo circulante		
Centro Universitário Uninorte	10	
Faculdade Unida Paraíba - UniPB (ii)	4.017	882
Universidad Europea de Madrid (i)		7
ASPEC - Associação Paraibana de Educação e Cultura (ii)	678	
SOCEC - Sociedade Capibaribe de Educação e Cultura (ii)	1.339	22
Universidad Vale Del Mexico (i)	53	8
	<u>6.097</u>	<u>919</u>

Ativo não circulante - realizável a longo prazo

	2011	2010
SOCEC - Sociedade Capibaribe de Educação e Cultura (ii)	78.266	65.262
ASPEC - Associação Paraibana de Educação e Cultura (ii)	4.730	3.217
Instituto Brasileiro de Reabilitação (ii)	156	
	<u>83.152</u>	<u>68.479</u>

Passivo não circulante

	2011	2010
Universidad Europea de Madrid (i)	70	48
Universidad Vale Del Mexico (i)	7	
Universidad Andres Bello (i)		8
SOCEC - Sociedade Capibaribe de Educação e Cultura	12	
Centro Universitário Ritter dos Reis - UNIRITTER (iii)	1.671	5.729
Uninorte (iii)	5.307	
Laureate International Universities - LIU (iii)	87.270	62.802
	<u>94.337</u>	<u>68.587</u>

As principais transações com partes relacionadas foram feitas nas seguintes condições:

(i) Os referidos valores são decorrentes de convênios de cooperação técnica, científica, cultural e financeira, e intermediação de intercâmbio de alunos com outras instituições do grupo.

(ii) Os mútuos concedidos a partes relacionadas são remunerados a juros de 1% a.m., com vencimento em 2012 para os saldos registrados no ativo circulante e 2017 para os saldos registrados no ativo não circulante. Os juros são contabilizados na rubrica "Receitas financeiras", em regime de competência e totalizaram R\$ 9.013 (2010 - R\$ 7.105).

(iii) Os mútuos obtidos com a LIU e com a UNIRITTER são remunerados a juros de 1% a.m., com vencimento em 2015, e o mútuo com a UNIRITTER é remunerado a juros de 1% a.m., com vencimentos em 2021. Os encargos financeiros sobre os mútuos obtidos são contabilizados na rubrica "Despesas financeiras" e totalizam R\$ 8.590 (2010 - R\$ 6.430).

Os recursos captados com o Grupo Laureate foram utilizados para financiamento da expansão das atividades operacionais da Companhia e para repasse às empresas ligadas SOCEC e ASPEC.

(d) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os diretores da Companhia. A remuneração paga e a pagar ao pessoal-chave da administração, por serviços prestados, totalizou R\$ 3.092 em 2011 (2010 - R\$ 2.059).

10. Imobilizado

(a) Composição

	2011			2010		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Equipamentos de laboratório	13.780	(4.916)	8.864	12.446	(3.564)	8.882
Benefetoria em imóveis de terceiros	33.871	(5.153)	28.718	27.915	(2.936)	24.979
Equipamentos e instalações	25.989	(12.475)	13.514	15.530	(9.738)	5.792
Móveis e utensílios	9.386	(3.413)	5.973	7.799	(2.304)	5.495
Biblioteca	16.978	(7.523)	9.455	14.738	(6.030)	8.708
	<u>100.004</u>	<u>(33.480)</u>	<u>66.524</u>	<u>78.428</u>	<u>(24.572)</u>	<u>53.856</u>

(b). Movimentação

	2011	2010
Saldo no início do exercício	53.856	40.222
Adições		
Equipamentos de laboratório	1.439	5.554
Equipamentos em imóveis de terceiros	5.897	5.852
Equipamentos e instalações	10.693	3.004
Móveis e utensílios	1.587	2.432
Biblioteca	2.275	2.275
	<u>21.891</u>	<u>19.117</u>
Total de adições		
	<u>(255)</u>	<u>(51)</u>

	2011	2010
Depreciações		
Equipamentos de laboratório	(1.352)	(715)
Benefetoria em imóveis de terceiros	(1.878)	(872)
Equipamentos e instalações	(3.083)	(2.158)
Móveis e utensílios	(1.109)	(525)
Biblioteca	(1.546)	(1.162)
	<u>(8.968)</u>	<u>(5.432)</u>
Total de depreciações (*)		
	<u>66.524</u>	<u>53.856</u>

(*) A depreciação do exercício foi reconhecida no resultado em "Despesas administrativas".

(c) Revisão e ajuste de vida útil estimada

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Resolução CFC no 1.263/09, o Grupo deveria proceder em 2010 a primeira das análises periódicas, com o objetivo de revisar e ajustar a vida útil-econômica estimada para o cálculo da depreciação. Entretanto, essa revisão foi realizada em janeiro de 2011 por empresa especializada, levando em consideração o planejamento operacional do Grupo para os próximos exercícios, antecedentes internos, como o nível de manutenção e utilização dos itens, elementos externos de comparação, tais como tecnologias disponíveis, recomendações e manuais de fabricantes e taxas de vivência dos bens. Considerando que historicamente o Grupo não efetua a alienação de seus principais itens do imobilizado, senão na forma de sucata, o valor residual dos itens do imobilizado estará sendo considerado como igual a zero.

O efeito decorrente das alterações nas taxas de depreciação representou um aumento de R\$ 1.408 na depreciação do exercício de 2011. No entendimento da administração, a postergação de revisão da vida útil dos bens conforme requerida pelo ICPC 10 para o exercício de 2011 não gerou impacto relevante sobre as demonstrações financeiras de 2010.

A partir desta primeira avaliação, a Companhia revisará anualmente a vida útil-econômica estimada dos bens para o cálculo da depreciação.

11. Intangível

(a) Composição

	2011	2010
Desenvolvimento de disciplinas	154	154
Software	3.709	1.722
(-) Amortização acumulada	(1.598)	(702)
	<u>2.265</u>	<u>1.174</u>

(b) Movimentação

	2011	2010
Saldo no início do exercício	1.174	1.147
Aquisição realizada em exercícios anteriores (Nota 23)	1.394	
Adições	597	326
Amortização	(900)	(299)
Saldo no final do exercício	<u>2.265</u>	<u>1.174</u>

12. Empréstimos e financiamentos

(a) Composição

	Taxa de juros e comissões - %	2011	2010
Moeda nacional (para capital de giro) Prefixados	De 1,1 a 1,5 a.m.	19.447	18.865
Moeda nacional (para aquisição de máquinas e equipamentos - leasing)	1,7 a.m.	7.031	
Moeda nacional Prefixados	7,0 a.a.	257	1.502
		<u>26.735</u>	<u>20.367</u>
Circulante		<u>(16.063)</u>	<u>(20.367)</u>
Não circulante		<u>10.672</u>	

Os financiamentos para aquisição de ativo imobilizado, inclusive os contratos de arrendamento mercantil (leasing financeiro), estão garantidos por nota promissória e alienação fiduciária dos bens financiados.

Os empréstimos para capital de giro estão garantidos por aval do acionista controlador.

17. Provisões

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, os quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

(a) Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Provisões para contingências	
	2011	2010
Contingências trabalhistas e previdenciárias	9.049	9.598
Reclamações cíveis	1.434	244
	10.483	9.842
Depósitos judiciais	(1.016)	(470)
	9.467	9.372

(b) A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2009	9.590
Adições	427
Reversões	(175)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	9.842
Adições	3.017
Reversões	(2.376)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	10.483

c) Natureza das contingências

A natureza das obrigações pode ser resumida como segue:

. Contingências trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de ex-empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.

. Reclamações cíveis - tratam-se, em grande parte, de ações referente ao curso de Ciências Biológicas, em razão da Companhia ter divulgado o curso nas modalidades de bacharelado e licenciatura, sendo, no entanto, aberta turma apenas de bacharelado, por não ter sido atingida a quantidade de alunos para as duas modalidades.

(d) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia tem ações de naturezas cível, trabalhista e tributária, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2011	2010
Cíveis	4.492	3.624
Trabalhista	1.166	444
Tributária	517	
	6.175	4.068

18. Imposto de renda e contribuição social

(a) Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2011	2010
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	10.729	3.901
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(3.648)	(1.326)
Ajuste para cálculo pela alíquota efetiva		
Incentivo fiscal - PROUNI	5.226	1.150
Diferenças permanentes	(188)	(859)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	1.390	(1.035)
Corrente	(1.062)	(2.184)
Diferido	2.452	1.149

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possui despesas temporariamente indedutíveis no cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, no montante de R\$ 14.429 (2010 - R\$ 9.209), já deduzido do saldo das adições temporárias do exercício de 2008, ano de transição para entidade privada com fins lucrativos.

(c) Incentivos fiscais - PROUNI

O Programa Universidade para Todos (PROUNI) foi criado em 2004 por meio da MP no 213/2004, Lei no 11.096/2005, e tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior.

Segundo o artigo 8o da Lei no 11.096/2005, a instituição que aderir ao PROUNI ficará isenta dos seguintes impostos e contribuições no período de vigência do termo de adesão:

- (i) Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas.
- (ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
- (iii) Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social.
- (iv) Contribuição para o Programa de Integração Social.

A isenção recairá sobre o lucro em relação ao IRPJ e à CSLL, e sobre a receita auferida quanto ao PIS e à COFINS. No que diz respeito à contribuições do PIS e COFINS refere-se ao valor da receita auferida decorrentes da realização de atividades de ensino, proveniente de cursos de graduação ou cursos sequenciais de formação específica. Relativamente ao IRPJ e CSLL, deverá ser apurado o lucro da exploração referente as atividades sobre as quais recaia o benefício da isenção observado as disposições contidas na legislação federal.

O IRPJ e CSLL foram apuradas considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, especificamente aplicáveis ao PROUNI e apurado considerando o lucro da exploração das atividades isentas.

As seguintes condições mencionadas foram atendidas para que as subvenções pudessem ser reconhecidas contabilmente:

. Aderir ao PROUNI mediante assinatura do Termo de Adesão.

. Oferecer vagas conforme o número de bolsas estabelecidos pelo Termo de Adesão.

. Preencher as bolsas oferecidas conforme a política de restrição e seleção estabelecidas pela regulamentação do PROUNI.

Em junho de 2011, a Medida Provisória no 517/10, convertida na Lei no 12.431/11, acrescentou novo dispositivo a Lei no 11.096/05 que regulamenta o PROUNI.

Segundo o novo paragrafo, incluído no artigo 8o da Lei do PROUNI, que trata das isenções tributárias as quais as entidades que aderiram ao programa estão sujeitas, a referido benefício será calculado na proporção da ocupação efetiva das bolsas devida pela instituição. De acordo com o texto legal, o referido parágrafo passou a produzir efeitos a partir da data de publicação Lei no 12.431/11, no caso, 24 de junho de 2011.

Vale ressaltar que não houve, até o encerramento do ano de 2011 qualquer regulamentação acerca da forma de avaliação do cumprimento da referida exigência legal, bem como dos seus efeitos tributários.

A Companhia elaborou cálculos no intuito de comprovar a adequação da universidade ao novo requisito legal sendo consenso da administração da Companhia o direito a utilização de 100% do benefício em relação ao ano-calendário 2011.

19. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2011 o capital social é de R\$ 9.256 (2010 - R\$ 3.956), representado por 71.200 ações ordinárias (2010 - 50.000), todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

Acionista	2011	
	Número de ações	Percentual
Rede Internacional de Universidades Laureate Ltda.	71.199	99,9986
ICE Inversiones Brazil S.L.	1	0,0014
	71.200	100,000

A Companhia recebeu em 2010 a quantia de R\$ 5.300 de seu acionista majoritário referente a adiantamento para futuro aumento de capital, o qual foi integralizado em 15 de junho de 2011, mediante a emissão de 21.200 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão no valor de R\$ 250,00 por ação.

(b) Distribuição de lucros e reserva de retenção de lucros

O estatuto social da Companhia não prevê a forma de distribuição dos lucros.

Em assembleia geral extraordinária realizada em 21 de dezembro de 2011, os acionistas deliberaram sobre a retenção de todo o lucro líquido apurado nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008, de 2009 e de 2010, na conta "Reserva de lucros", não havendo distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia nestes períodos. Na próxima assembleia geral para aprovação das demonstrações financeiras será também destinado a reserva de lucros e lucros acumuladas.

(c) Ajuste de exercícios anteriores

Em 2011, R\$ 38, refere-se a ajuste nos impostos federais correntes (IRPJ e CSLL) do exercício de 2010.

Em 2010, benefícios a empregados (tais como salários, provisão de férias e bônus) no montante de R\$ 723 e provisão para contingências no montante de R\$ 101, referente ao exercício de 2009.

20. Lucro líquido por ação - básico e diluído

Básico

O lucro líquido básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias durante o exercício. O lucro líquido diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 as ações da Companhia não possuíam efeito dilutivo.

	2011	2010
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	12.119	2.866
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	61.558	50.000
Lucro básico e diluído por ação - R\$	196,87	57,32

1. Receita operacional líquida

	2011	2010
Receita operacional bruta	278.619	234.746
Impostos sobre serviços	(12.135)	(540)
Perdas com mensalidades	(8.494)	(3.936)
Bolsas de estudo - graduação e pós-graduação	(65.900)	(63.854)
Receita operacional líquida	192.090	166.416

22. Despesas e custos por natureza

	2011	2010
Despesas com pessoal	108.899	91.534
Aluguel	11.409	11.732
Serviços prestados por terceiros	10.497	11.857
Depreciação e amortização	9.868	5.833
Propaganda e publicidade	4.824	5.860
Água e energia elétrica	4.050	3.227
Manutenção e reparos	84	129
Outras despesas	13.590	13.369
Custo dos serviços prestados e despesas administrativas	163.221	143.541

23. Outras despesas operacionais, líquidas

	2011	2010
Aluguéis	9.197	7.894
Serviços profissionais	1.072	2.258
Perda líquida na venda ou baixa do imobilizado	188	15
Baixa de outras contas a receber	646	
Ativo intangível adquirido em exercícios anteriores (*)	(1.394)	
	9.709	10.167

(*) A Companhia contabilizou diretamente ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, gastos no montante de R\$ 1.789 mil incorridos no desenvolvimento de software e currículo acadêmico para curso a distância, os quais deveriam ter sido capitalizados no ativo intangível e ter sua amortização iniciada em 1o de janeiro de 2010. Para corrigir o erro a Companhia registrou em 2011, o montante de R\$ 1.394, líquido de amortização contra o ativo intangível.

24. Resultado financeiro

	2011	2010
Receitas financeiras		
Descontos recebidos	36	578
Juros ativos	1.105	651
Rendimento sobre aplicações financeiras	11	207
Varição cambial	92	80
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	9.013	7.105
Outras receitas financeiras	333	1.586
	10.590	10.207
Despesas financeiras		
Comissões bancárias	(840)	(1.338)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(2.187)	(1.677)
Juros passivos	(831)	(2.653)
IOF	(586)	(569)
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	(8.590)	(6.430)
Varição cambial/monetária passiva	(1.819)	(1.554)
Encargos financeiros com arrendamento mercantil	(732)	(645)
Outras despesas financeiras	(152)	(1.166)
	(15.737)	(16.032)
Resultado financeiro líquido	(5.147)	(5.825)

25. Cobertura de seguros

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2011, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoantes apólices de seguros:

Ramos	Importâncias seguradas
Cobertura predial (incêndio, raios e outros sinistros)	152.766
Bens do ativo imobilizado	68.288

26. Eventos subsequentes

Em maio de 2012, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte decidiu sobre a inconstitucionalidade da Lei no 6.131/2010. Esta Lei anulava todos os autos de infração fiscais emitido pelo Município de Natal até essa data que estivessem em desacordo com os termos da referida Lei. Em junho de 2012, a Câmara de Vereadores do Município de Natal recorreu da decisão, mas o Tribunal de Justiça não acatou a apelação. Em julho de 2012, a Câmara de Vereadores do Município de Natal impetrou recurso especial junto ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte e recurso extraordinário junto Supremo Tribunal Federal, os quais encontram-se pendentes de julgamento. O montante dos autos de infração recebidos pela Companhia em datas anteriores à vigência da Lei no 6.131/2010 é de aproximadamente R\$ 55.000, incluindo juros e multas.

SOLENE E REDONDO

/ AUTONOMIA / DILMA NÃO ACATA "DE MANEIRA ALGUMA" SUGESTÃO DO "THE ECONOMIST" PARA DEMITIR MINISTRO DA FAZENDA

AO RESPONDER COM um solene "não" a sugestão de demitir o ministro Guido Mantega (Fazenda), feita pela revista britânica "The Economist", a presidente Dilma Rousseff destacou ontem que a situação econômica dos países desenvolvidos é "muito pior" que a do Brasil desde 2008.

A presidente recebia líderes do Mercosul quando, na manhã de ontem, foi perguntada se demitiria Mantega, tal qual sugeriu a revista britânica ao afirmar que a economia brasileira é uma "criatura moribunda" que ficou paralisada e luta para se recuperar. Na ocasião, balançou a cabeça contrariada.

Horas depois, Dilma voltou apenas para anunciar que, apesar de ser a favor da liberdade de imprensa, "em hipótese al-

guma o governo brasileiro eleito pelo voto direto, secreto, vai ser influenciado por uma opinião de uma revista que não seja brasileira".

Dilma não escondeu a surpresa com a sugestão da revista. "Eu nunca vi nenhum jornal propor a queda de um ministro". Em seguida, completou: "Nós estamos crescendo a 0,6% nesse trimestre. Iremos crescer mais no próximo trimestre. A resposta é de maneira alguma eu levarei em consideração essa sugestão. Não vou levar", afirmou.

Questionada se a situação dos países desenvolvidos era pior que a brasileira, Dilma respondeu: "Você da imprensa brasileira não sabem que a situação deles é pior que a nossa? Pelo amor de Deus, desde 2008".

A presidente, em seguida, começou a citar episódios e números que, segundo ela, colocam o Brasil em situação superior aos Estados Unidos e à Europa. "Nenhum banco como o Lehman Brothers não quebrou aqui, nós não temos crise de dívida soberana, a nossa relação dívida-PIB é de 35%, a nossa inflação está sob controle, nós temos US\$ 378 bilhões de reserva.

E tudo isso se dá porque os juros caíram no Brasil?", questionou a presidente numa crítica direta à revista. Apesar de iniciativas como redução dos juros e desoneração da folha de pagamentos, a taxa de investimento vem caindo nos últimos trimestres e representa hoje 17,7% do PIB, ante 30% no Peru e 27% no Chile, lembrou a "The Economist".



► Dilma Rousseff observou que nenhuma publicação fez sugestão semelhante a nenhum país em crise, na Europa

COMPASSO DE ESPERA

/ BALDO / RELATÓRIO FINAL DA PERÍCIA REALIZADA NO VIADUTO ESTÁ PREVISTO PARA SER ENTREGUE NA SEMOPI NO PRAZO DE 10 DIAS; INTERDITADO HÁ 64 DIAS, SECRETÁRIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS ACHA QUE O EQUIPAMENTO PODE SER LIBERADO ATÉ FINAL DO ANO

O RELATÓRIO FINAL da perícia realizada no viaduto do Baldo – interditado desde o dia 04 de outubro – será entregue em 10 dias. A notícia foi confirmada ontem pela titular da Secretaria Municipal de Obras Públicas (Semopi), Tereza Cristina Vieira Pires. Ela afirmou ainda que a liberação do equipamento pode acontecer até o fim do ano.

Até agora são 64 dias de tráfego interrompido. As atividades “in loco” foram finalizadas esta semana. Construído em 1978, o viaduto passou pela segunda inspeção ao longo do tempo. Nos dois casos, o trabalho foi realizado pelo engenheiro civil José Pereira da Silva. O primeiro estudo foi feito em 2009. À época, não foram encontradas irregularidades na estrutura. Este novo estudo incluiu a análise laboratorial de amostras do asfalto e de concreto. O valor do serviço, realizado com dispensa de licitação, ficou estabelecido em R\$ 40 mil.

“Estamos esperando os resultados dos estudos feitos no viaduto. Ainda não recebi qualquer informação preliminar sobre o caso. Só fui informada que foram encerrados os trabalhos de pesquisa de campo. O prazo para a entrega dos estudos é o dia 15 de dezembro”, disse Tereza Cristina.

Ela revelou que o trabalho se encontra na etapa de criação das planilhas de serviço. Esta é a fase final da inspeção técnica. O enge-



▶ Doze pessoas, entre técnicos e engenheiros, trabalharam na avaliação do grau de comprometimento da estrutura

neiro José Pereira da Silva está calculando o valor dos serviços necessários para a recuperação da estrutura física do viaduto. O NOVO JORNAL procurou ontem o responsável pela inspeção, mas ele não respondeu aos telefonemas da reportagem.

A liberação efetiva do viaduto do Baldo depende diretamente do relatório final. Possíveis danos podem causar mudanças na capacidade de tráfego das pis-

tas. “Podemos impedir o fluxo de caminhões de grande porte, por exemplo, mas só teremos uma confirmação do que será feito após o recebimento do documento produzido pelo engenheiro responsável pela atividade”, revelou a titular da Semopi.

A meta estabelecida pela Secretaria de Obras Públicas é – tão logo receber as informações acerca da composição – iniciar o capeamento asfáltico das pistas.

Todo o serviço deve ser finalizado até o dia 31, prevê ela.

Já o trabalho de perícia não previu nenhum de tipo de reparação ou manutenção específica da via, apenas o da inspeção e de sugestão de melhorias. A avaliação contou com parte da documentação relativa à construção da obra no Baldo, como projetos e cálculos originais da obra, bem como os dados auferidos com análise feita em 2009.



▶ Tereza Cristina Pires, secretária

SERVIÇO COMEÇOU 47 DIAS APÓS A INTERDIÇÃO

Iniciada somente 47 dias após a interdição das pistas, a inspeção contou a abertura “janelas” no asfalto. As passagens foram feitas permitir a entrada de técnicos dentro das “entranhas” do viaduto. Ao todo, com cortes quadrados medindo 80 x 80 cm, cinco aber-

turas foram criadas em cada uma das pistas.

Foram utilizados 12 pessoas – técnicos e engenheiros – na tarefa de avaliar o grau de comprometimento da estrutura. A perícia promoveu o estudo da armação, através da análise da variação da distribuição de tensões da armadura, decorrente da variação elástica do concreto.

Os trabalhos realizados na estrutura não tinham cronograma específico. As avaliações eram feitas tanto de dia quanto de noite, com a intenção de compreender a conformação do concreto de acordo com a temperatura ambiente.

Os trabalhos à noite, no entanto, causaram uma preocupação especial da Semopi. “Os buracos feitos na pista podem causar acidentes. Além disso, os técnicos poderiam sofrer atropelamentos”, disse Tereza Cristina. Isso porque, apesar das barreiras colocadas nas duas vias, justamente para impedir o fluxo de veículos, alguns motociclistas estão burlando a interdição. “É uma temeridade. Um grave acidente pode ocorrer ali”, asseverou.

A interdição foi motivada por uma ação civil pública do Ministério Público Estadual (MPE), por meio da promotora do Meio Ambiente, Rossana Mary Sudário, em razão de suposta falta de manutenção e deterioração das estruturas do viaduto.

/ PRESÍDIOS /

Secretário justica fragilidade do sistema

O POETA CARLOS Drummond de Andrade um dia escreveu: “Mundo, mundo, vasto mundo, se eu me chamasse Raimundo seria uma rima, não seria uma solução”. O verso parece cair bem quando o assunto é o Presídio Provisório Raimundo Nonato Fernandes. Nele a solução parece estar longe de ser encontrada. Quinta-feira passada mais uma revista realizada e mais um número considerável de objetos que não deveriam nem chegar perto de uma unidade prisional foi encontrado por agentes penitenciários da instituição localizada na Zona Norte de Natal. O achado confirma a fragilidade da segurança do sistema prisional do estado.

Em entrevista ao NOVO JORNAL, o secretário de Justiça e Cidadania, Kércio Silva Pinto, admite que o Estado não tem condições de fiscalizar o que entra e o que sai não só no presídio em questão, mas nos centros de detenção e complexos prisionais potiguares.

O titular da Sejuc diz que o Raimundo Nonato, de especial, sofre com dificuldades na fiscalização porque é um complexo em que se encontram presos do regime semi-aberto, provisórios, além de homens e mulheres circulando num mesmo espaço.

Outro fator que, segundo o secretário, dificulta o trabalho de segurança é o fato de a unidade ser localizada dentro da cidade, numa região central e, por isso, há facilidade de contato entre quem está na rua e quem está do outro lado dos muros.

“Há várias maneiras de se burlar a fiscalização. Muitas vezes (os objetos) entram com a comida ou nos órgãos genitais das mulheres ou são jogados por cima do muro. Às vezes não conseguimos detectar e ainda pode haver facilitação



▶ Presídio Provisório Raimundo Nonato Fernandes, localizado na Zona Norte de Natal

por parte dos agentes”, explicou.

Kércio Pinto diz que sabe dos problemas que a segurança pública enfrenta no estado, mas também diz que esse não é um caso isolado do Rio Grande do Norte, e mas do Brasil inteiro. Na sua opinião, só com uma modernização no sistema será possível evitar os problemas encontrados no Presídio Provisório Raimundo Nonato Fernandes, na Penitenciária Estadual de Alcaçuz ou nos centros de detenção provisórios espalhados pelo estado.

“Reconhecemos nossa fragilidade. Temos que modernizar. O sistema prisional brasileiro é caótico e não só o do Rio Grande do Norte. No país, apenas Espírito Santo e Distrito Federal não sofrem com tantos problemas”, justificou.

Em função dessa fragilidade pode se imaginar que em cada

unidade do sistema penitenciário potiguar existe um arsenal ou uma grande quantidade de drogas e celulares dentro de cada cela. O secretário da Sejuc se apressou em dizer que seria um exagero pensar desta forma.

“Não, um arsenal não. Estamos fazendo vistorias constantes e o que encontramos são pequenas quantidades de drogas e celulares, mas armas como revólveres, por exemplo, não temos não”, definiu Kércio Pinto.

Na visão do titular de uma das pastas mais problemáticas do Governo do Estado, é preciso se modernizar para conseguir enfrentar o crime que cresce dentro e fora das unidades prisionais. Para tanto, a informação passada por Kércio Pinto é a de que no início de 2013 a expectativa é trazer para o

RN três aparelhos de Raio X para serem instalados em penitenciárias potiguares.

O Presídio Provisório Raimundo Nonato Fernandes será um dos beneficiados com a tecnologia disponibilizada pelo Ministério da Justiça. A proposta é instalar o aparelho na entrada do presídio. Até mesmo os agentes penitenciários vão passar pelo detector de metais, celulares, e até drogas.

“Nos presídios brasileiros, por falta de pessoal, estrutura e outros fatores, temos encontrado armas, drogas, celulares e trabalhamos para que no futuro nada entre nas unidades, nem mesmo alimentos; enquanto isso não acontece, há sempre essa possibilidade (de encontrar materiais ilegais dentro de instituições prisionais)”, afirmou.



▶ Kércio Silva Pinto, secretário

CONDUTA CORRUPTA

Em entrevista ao NOVO JORNAL, um agente penitenciário que acompanha com frequência o que se passa dentro do Presídio Provisório Raimundo Nonato Fernandes em outras unidades do Estado, conta como há colegas corruptos dentro do sistema. Por motivos de segurança, ele pediu para não ser identificado.

“Pra você ver, são em torno de 20 ou 30 celulares que encontramos a cada vistoria dessa. Isso que a gente viu no Raimundo Nonato é decorrente de alguns colegas que negociam com os presos. É uma pequena parcela da categoria, mas são pessoas que não têm comprometimento com o trabalho, e nem com elas mesmas. Se vendem por mixaria”, disse.

O agente diz que a facilitação feita por colegas é uma das causas responsáveis pela entrada de celulares, armas, drogas, e no último caso registrado, estimulantes sexuais.

“Quando o indivíduo é reconhecido e identificado, tomamos providências através de processos administrativos”, disse o secretário da Sejuc, Kércio Pinto. Segundo ele, desde que assumiu a pasta, em julho deste ano, chega a cinco o número de processos internos que avaliam a conduta de agentes penitenciários suspeitos de corrupção.

MEMÓRIA

O “pente fino” realizado por agentes penitenciários no Presídio Provisório Raimundo Nonato Fernandes, quinta-feira, apreendeu dezenas de materiais ilegais no interior das celas. Até comprimidos de um famoso estimulante sexual foram encontrados. Os agentes penitenciários, com o apoio do Grupo de Operações Especiais (GOE), acharam quase 30 celulares e chips de diversas operadoras. “Trouxinhas” de maconha e cocaína acompanhadas de “maricas” (cachimbo usado para fumar crack), além de bebida alcoólica, facas e estiletes também estavam na lista apreendida.

PALMATÓRIAS NELAS!

/ EDUCAÇÃO / FACULDADES PRIVADAS QUE RECEBERAM RESULTADO "INSATISFATÓRIO" NO IGC 2011 REPETIRAM O MAU DESEMPENHO DE 2008; UMA DAS INSTITUIÇÕES JÁ FOI FECHADA E OUTRAS OITO AGUARDAM POSICIONAMENTO DO MEC

NADJARA MARTINS
DO NOVO JORNAL

O **DESEMPENHO PÍFIO** das faculdades privadas do Rio Grande do Norte no Índice Geral dos Cursos (IGC) 2011, divulgado na última quinta-feira, não é algo recente. Oito das dez instituições que não alcançaram o índice "satisfatório" (3 pontos), exigido pelo Ministério da Educação (MEC), já haviam sido reprovadas na avaliação de 2008. O único diferencial no comparativo entre os dois rankings foi a Faculdade Católica Nossa Senhora das Neves (FCNSN) que, apesar de ter sido citada no ranking, foi fechada ainda em 2011.

O panorama coloca o ensino superior privado do estado entre os piores do país, uma vez que apenas quatro das 16 faculdades privadas analisadas no IGC 2011 registraram médias acima do satisfatório. A Faculdade de Enfermagem Nova Esperança de Mossoró (FACENE) e a Faculdade Natalense de Ensino e Cultura (FANEC) atingiram a faixa três, desempenho acompanhado pelo Centro Universitário Facex. Entre as instituições privadas, somente o Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN) chegou ao conceito quatro.

O IGC é um dos índices utilizados pelo MEC para analisar a qualidade do ensino superior no Brasil, na graduação e na pós-graduação, de instituições públicas e privadas. O índice é uma média expressa em conceitos de um a cinco pontos a qualidade do ensino, considerando estrutura oferecida, nível acadêmico do corpo docente e desempenho dos estudos. De 1 a 3, ensino insatisfatório, de 3 a 5, satisfatório.

O IGC resulta de uma média ponderada entre o Conceito Preliminar do Curso (CPC), que avalia a qualidade dos cursos de graduação, e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enade), que avalia anualmente o desempenho dos estudantes. Como o Enade é realizado em ciclos, avaliando determinado conjunto de cursos a cada três anos, os resultados do IGC também se referem a triênios. O índice divulgado ontem, por exemplo,



► Universidade Federal do Rio Grande do Norte: aprovada com conceito 4

analisa a estrutura do curso, da docência e o desempenho dos alunos no período de 2009-2010-2011.

Neste ano, o MEC avaliou 2.136 universidades, faculdades e centros universitários - 12 a mais do que em 2008. Os resultados, porém, ainda não foram satisfatórios, uma vez que 1/3 das instituições tiveram conceito abaixo de três - nove ficaram com conceito 1 e 568 atingiram o conceito 2.

As faculdades de Ciências e Tecnologia Mater Christi, de Mossoró; Faculdade de Ciências Empresariais e Estudos Costeiros de Natal (Facen) e Estácio de Sá, de Natal; União Americana, de

Parnamirim; Faculdade do Seridó (FAZ), de Currais Novos; Faculdade Católica Nossa Senhora das Vitórias (FCNSV), de Assu e a Faculdade Católica Santa Teresinha (FCST), de Caicó, repetiram o desempenho de 2008 e alcançaram o índice 2, considerado "insatisfatório" pelo MEC.

Já o Instituto de Ensino Superior do Rio Grande do Norte (IESRN) e a Faculdade Maurício de Nassau (FMN), ambas de Natal, foram classificadas como "sem conceito" (SC) pelo MEC, resultado também presente em 2008. Nos dois anos, as faculdades não possuíam quantidade suficiente

de alunos inscritos no Enade para avaliação. No Brasil, 262 faculdades não puderam ser avaliadas pelo mesmo motivo.

Segundo a assessoria de imprensa do Ministério da Educação, é provável que as instituições citadas já estejam em processo de fechamento de cursos. Isso porque, com o baixo desempenho de 2008, é possível que muitas delas tenham recebido intervenção do MEC. De acordo com o órgão, na semana que vem o ministério irá divulgar uma lista com resoluções acerca do destino das 324 faculdades brasileiras que repetiram o desempenho insatisfatório de 2008.



► Entre as instituições privadas, somente o Centro Universitário do Rio Grande do Norte alcançou o conceito 4



CURSOS DA UERN SÃO REPROVADOS

Entre as universidades e institutos federais, o resultado foi positivo. A Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Universidade Federal do Semi-árido registraram conceito 4. Além disso, três licenciaturas da UFRN receberam conceito máximo (5). São eles Biologia, Ciências Sociais e Educação Física. Os outros 44 cursos receberam conceito 4.

Já a Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, apesar de ter recebido conceito 3 enquanto instituição de ensino, teve quatro cursos com avalia-

ção "insatisfatória". Os cursos de licenciatura em Física, Filosofia e Música receberam conceito 2.

O curso de Física caiu 1 ponto no conceito se comparado ao ranking de 2008, quando recebeu 214 pontos (conceito 3). Já o de Filosofia repetiu o desempenho, chegando a 174 pontos.

Os cursos também receberão medidas punitivas, como o impedimento de realização de novos vestibulares para ingresso nesses cursos. No entanto, os alunos que já estão matriculados não terão seus diplomas barrados ou invalidados.

JUSTIFICATIVA DA ESTÁCIO DE SÁ

A Faculdade Estácio de Natal/Câmara Cascudo, divulgou nota na imprensa justificando o baixo desempenho no IGC e CPC 2011. De acordo com o informe, "o IGC alcançado pela Estácio de Natal - Câmara Cascudo - no Enade 2011 revela que, apesar da nota 2, a instituição obteve uma melhora no seu IGC contínuo (nota quebrada) de 2 pontos".

De acordo com a nota, a Estácio teve uma melhora no desempenho dos cursos nos últimos anos. O documento ainda ressalta que nem sempre os resultados do IGC representam "a realidade mais atual

da IES ou do curso".

"Evidentemente, existem pontos de atenção que serão observados. Mas nem sempre o resultado obtido representa a realidade mais atual da IES ou do curso. A captura da realidade atualizada da IES e dos cursos é exercida com mais precisão pelas visitas in loco do MEC/INEP. Nestas visitas, os resultados têm sido bastante satisfatórios, o que fortalece a convicção da gestão acadêmica de que, se problemas de fato existirem, todos os esforços e investimentos para superá-los foram e continuam sendo feitos", esclarece o documento.

FOTOS: ANASTÁCIA VAZ / ARQUIVO NJ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO ESTRATÉGICA
AVISO DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura do Natal, através da SEGELM, localizada na Rua Santo Antônio, 665 - Cidade Alta, nesta Capital, telefone, (84) 3232-1735, torna público que estará realizando licitação na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA, do tipo Técnica e Preço, cujo objeto, data e hora, seguem abaixo elencados.

Processo	Concorrência Pública	Objeto	Data	Hora
021690/2012-94	24.003/12-SEMUT	Contratação de empresa especializada para locação de sistema integrado de administração tributária, com suporte técnico e manutenção, incluindo a implantação, a migração de dados, a customização, a parametrização e o treinamento.	24.01.2013	10:00

O Edital da referida licitação encontra-se fixado no quadro de aviso da SEGELM, assim como a disposição dos interessados, através do site: <http://compras.natal.m.gov.br/>, a partir do dia 10/12/2012.

Natal, 03 de dezembro de 2012.
Soraya Lopes Cardoso - Presidente da CPL/SEGELM

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAU
AVISO AOS LICITANTES - PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2012

DATA DA REALIZAÇÃO: 20/12/2012. HORA: 08 (oito) horas. O Pregoeiro da PMM comunica que realizará Pregão Presencial para contratação de empresa especializada em comercialização de Fogos de Artifício, para serem utilizados nos Festejos Natalinos e de Final de Ano - 2012, no Município de Macau/RN. O original do Edital do certame em epígrafe estará à disposição do interessado em participar da sessão de licitação, no horário das 08h às 13 horas, na Sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Macau, Palácio João Melo, localizado na Rua Barão do Rio Branco, 17, Centro - Macau/RN - CEP 59.500-000, para que seja realizada fotocópia por conta do interessado.

Macau/RN, 07 de dezembro de 2012
Fagner Luiz Teodósio de Oliveira
Pregoeiro-PMM

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAU
AVISO AOS LICITANTES - PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2012

DATA DA REALIZAÇÃO: 20/12/2012. HORA: 10 (dez) horas. O Pregoeiro da PMM comunica que realizará Pregão Presencial para contratação de empresa especializada em locação de estruturas diversas para utilização nos Festejos de Final de Ano - 2012, que ocorrerá entre os dias 29 à 31 de dezembro de 2012, no Município de Macau/RN. O original do Edital do certame em epígrafe estará à disposição do interessado em participar da sessão de licitação, no horário das 08h às 13 horas, na Sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Macau, Palácio João Melo, localizado na Rua Barão do Rio Branco, 17, Centro - Macau/RN - CEP 59.500-000, para que seja realizada fotocópia por conta do interessado.

Macau/RN, 07 de dezembro de 2012
Fagner Luiz Teodósio de Oliveira
Pregoeiro-PMM

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAU
AVISO AOS LICITANTES - PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2012

DATA DA REALIZAÇÃO: 20/12/2012. HORA: 13 (treze) horas. O Pregoeiro da PMM comunica que realizará Pregão Presencial para contratação de empresa especializada em locação de equipamentos diversos para utilização nos Festejos de Final de Ano - 2012, que ocorrerá entre os dias 29 à 31 de dezembro de 2012, no Município de Macau/RN. O original do Edital do certame em epígrafe estará à disposição do interessado em participar da sessão de licitação, no horário das 08h às 13 horas, na Sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Macau, Palácio João Melo, localizado na Rua Barão do Rio Branco, 17, Centro - Macau/RN - CEP 59.500-000, para que seja realizada fotocópia por conta do interessado.

Macau/RN, 07 de dezembro de 2012
Fagner Luiz Teodósio de Oliveira
Pregoeiro-PMM

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISOS DE LICITAÇÃO

A Pregoeira da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua Fabricio Pedrosa, 915, 4º piso, sala 05 - telefex: (84) 3232-8512, Areia Preta, nesta Capital, objetivando o grau de competitividade preconizado pela administração, torna público a realização dos certames abaixo especificados: **PREGÃO PRESENCIAL 20.049 DE 2012** - Manutenção preventiva e corretiva de equipamento de vídeo e imagem a ser realizado no dia 26-12-2012, às 09h30min e **PREGÃO PRESENCIAL Nº 20.050 DE 2012** - Manutenção preventiva e corretiva de bomba de infusão continua a ser realizado no dia 27.12.2012 às 09h30min. O Edital com as especificações e demais detalhes encontram-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, no horário das 08h00min às 13h00min, de segunda a sexta-feira e no site da prefeitura www.natal.rn.gov.br, conforme requisitos e condições legais dispostos na Legislação pertinente.

Natal/RN, 07 de dezembro de 2012
Maria do Céu de Brito Mendes - Pregoeira da CPL/SMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAU
AVISO AOS LICITANTES - PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2012

DATA DA REALIZAÇÃO: 20/12/2012. HORA: 15 (quinze) horas. O Pregoeiro da PMM comunica que realizará Pregão Presencial para contratação de empresa no ramo de entretenimento e eventos para locação de trio elétrico que será utilizado na programação de Festejo de Final de Ano - 2012, do município de Macau/RN. O original do Edital do certame em epígrafe estará à disposição do interessado em participar da sessão de licitação, no horário das 08h às 13 horas, na Sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Macau, Palácio João Melo, localizado na Rua Barão do Rio Branco, 17, Centro - Macau/RN - CEP 59.500-000, para que seja realizada fotocópia por conta do interessado.

Macau/RN, 07 de dezembro de 2012
Fagner Luiz Teodósio de Oliveira
Pregoeiro-PMM

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
JUIZ DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL
EDITAL DE CITAÇÃO - 20 (vinte) dias

Processo:0028853-72.2009.8.20.0001
Ação: Procedimento Ordinário
Requerente: Por Ola Haavold
Requerido: CTE - Engenharia Ltda.

CITANDO: Representante Legal da CTE - Engenharia Ltda., CNPJ nº 07.140.471/0001-44, que se encontra em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: A CITAÇÃO do Representante Legal da CTE - Engenharia Ltda para, no prazo de 15(quinze) dias, apresentar contestação a exordial, sob pena de revelia. Cabe ao autor promover a publicação, no prazo de 10 (dez) dias, uma vez no Diário Eletrônico da Justiça e duas vezes em jornal de grande circulação, desta Comarca, observando-se que as referidas publicações ocorrerão em suas expensas, conforme os termos do art. 232 do CPC, sob pena de revelia.
Mister se faz lembrar que o prazo de contestar conta-se a partir do prazo previsto neste Edital - 20 (vinte) dias, correndo da data da primeira publicação, conforme petição inicial, cuja cópia se encontra na Secretaria da 13ª Vara Cível desta Comarca de Natal a disposição do interessado acima citado.
ADVERTÊNCIA: Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor.

Natal, 19 de janeiro de 2012
Renata Aguiar de Medeiros Pires
Dra. Renata Aguiar de Medeiros Pires
Juíza de Direito Auxiliar em Substituição Legal na 13ª Vara Cível

Novo Jornal no iPad. Sua dose diária de opinião, na ponta dos dedos.

ACESSO BUSQUE JÁ! **NOVO**
JORNAL
(84) 3342-0369
www.novojornal.com.br

CHEGOU A COLEÇÃO
miton nascimento
MILTON NASCIMENTO
PREÇO DE LANÇAMENTO
R\$ 9,90
VOL. 1
DEMAIS VOLUMES R\$ 18,90

Já nas Bancas.



Editor
Moura Neto

E-mail
mouraneto@novojornal.jor.br

Fones
84 3342.0358 / 3342.0350

A ARTE DO GOIAMUM

/ CURTA / FESTIVAL DO GOIAMUM AUDIOVISUAL EXIBE, NA SUA SEXTA EDIÇÃO, 150 FILMES DE 13 PAÍSES DIFERENTES, ALÉM DE OFICINAS, MOSTRAS, PALESTRAS E LABORATÓRIOS

HENRIQUE ARRUDA
DO NOVO JORNAL



FOTOS: NEY DOUGLAS / NJ

► Cineasta Torquato Joel ministra oficina na 6ª edição do Goiamum Audiovisual, que continua até 12 de dezembro



► Henrique José, coordenador



► Andressa Vieira, estudante

NO QUADRO BRANCO algumas indicações em preto de quais conceitos um roteiro pode seguir: sensorial, humanista, existencial. “Vocês já devem ter assistido ao filme chamado Beleza Americana. Pois bem, aquela cena do saco plástico voando, lembram? É sensorial”, exemplifica o cineasta enquanto cerca de 20 pessoas prestam atenção em tudo o que ele propõe.

O cineasta paraibano e “curta-metragista” Torquato Joel está na sala 60 do IFRN Cidade Alta e acaba de começar o seu laboratório de roteiro durante a 6ª edição do Goiamum Audiovisual - No Movimento das Marés - que vai até o dia 12 de dezembro. Seu laboratório é apenas uma das atividades do Festival, que esse ano exibe 150 filmes de 13 países diferentes, além de oficinas, mostras, palestras e laboratórios.

Enquanto põe no telão um curta para a turma analisar, ele compara o roteiro a uma âncora e diz que principalmente em Pernambuco o cenário é muito intenso. “Hoje existem pessoas sobrevivendo no Brasil do roteiro. Em Pernambuco, por exemplo, houve uma injeção muito forte e os filmes de lá tem projeção internacional”, diz.

Há 20 anos Torquato trabalha com o mercado cinematográfico, mas nunca sentiu vontade de fazer um longa. Gosta da síntese que o curta metragem possibilita e no geral seus filmes chegam até 10 minutos de duração. “Historicamente as políticas sempre foram difíceis para o cinema, mas acontecem, como por exemplo na Paraíba, que agora teve um edital no valor de um milhão exclusivamente para o cinema”, comenta.

Participar do Goiamum Audiovisual é importante para ele porque possibilita uma troca ainda maior entre a produção nordestina. “É muito importante que o Nordeste possa se reconhecer e se expressar através dessa linguagem. Hoje o digital já democratizou bastante esse acesso”, argumenta.

Para a estudante de jornalismo Andressa Vieira, 20 anos, o mais interessante em um laboratório como este é o contato com profissionais da área. “Mesmo com esse pouquinho tempo já deu para aprender alguma coisa. Porque quando você entra em contato com profissionais da área eles falam de uma maneira muito prática e descomplicada. Coisa que você não encontra na teoria”,

FESTIVAL DE ATIBAIA

Este ano, quem vencer a única mostra competitiva nacional do RN, a 3ª Curta Goiamum na categoria de Melhor Filme, já está automaticamente inscrito no Festival de Atibaia Internacional do Audiovisual, o FAIA 2013. “E se vencer o FAIA, o filme ainda tem a chance de tentar a sorte em um festival na França”, detalha Henrique.

A Curta Goiamum além de inserir o Estado no circuito nacional de festivais competitivos é ainda a única mostra a receber filmes de todo o país para competir. Em 2012, todos os filmes devem ter sido lançados a partir do ano passado, a fim de propiciar maior contemporaneidade ao Festival.

Na primeira edição da mostra nenhum filme potiguar foi selecionado, já no segundo ano o

cineasta Carito Cavalcanti recebeu menção honrosa do júri. Nesta terceira edição, Carito retorna com o único filme selecionado para a Mostra Competitiva: “Road Movie Num Quarto Fechado”.

“As pessoas criticaram bastante quando nenhum filme potiguar passou para a mostra competitiva no primeiro ano, e depois só conseguiu menção honrosa. Este ano finalmente um filme foi selecionado, mas a culpa não é nossa. Todo ano a comissão julgadora muda. E isso mostra também essa evolução da produção”, avalia.

Pedro Fiuza explicou ainda que o fato do Goiamum não ser organizado por nenhuma empresa contribuiu bastante a proposta original do evento. “São duas entidades sem fins lucrativos, a Zoon e o Cineclube, e o que a gente quer é levar o nosso valor, o de oferecer enriquecimento cultural através da arte”, argumenta.

explica.

O contato com o cinema só ficou mais intenso quando ela saiu do interior do Estado e se mudou para Natal. “Eu me apaixonei pela sétima arte, mas muito mais como espectadora do que como

produtora. Mas como sou curiosa, vou me metendo”, diz Andressa, que há um ano e meio alimentava um blog sobre cinema (ochaplin.blogspot.com.br) e também colabora com os trabalhos do Cineclube Natal.

MOVIMENTO DAS MARÉS

Keila Sena, uma das produtoras do Festival, comenta que o principal diferencial deste ano é reunir todas as atividades em um mesmo local, o que só foi possível graças a parceria com o IFRN Cidade Alta. “É muito bom porque isso aumenta a nossa atividade e estamos com uma excelente estrutura esse ano”, observou durante a coletiva de imprensa realizada ontem no Campus às 9h.

“Para nós é muito importante porque reafirma o compromisso que assumimos na retomada desse espaço: estimular a cena cultural da cidade. E para nossos alunos de Produção Cultural

também é uma excelente oportunidade de interagir com o mercado”, reforçou o diretor da Instituição, Lerson Maia.

Mesmo concentrando todas as atividades no Campus de Cidade Alta, outra novidade é a mostra que será realizada no Complexo Cultural da Zona Norte com alguns dos filmes da programação. “Um dos nossos objetivos é sempre o de superar nossas metas. O Goiamum na verdade existe para ser o espelho da cena local”, afirmou Pedro Fiuza, um dos coordenadores do Festival e do Cineclube Natal.

Se no ano passado, por falta de patrocínio, o Goiamum teve que diminuir bastante de tamanho, em 2012, ele cresceu graças ao patrocínio do Banco do Nordeste. “Quando começamos em 2007 nós tínhamos apoio da



► Keila Sena, produtora

prefeitura, mas isso, de um tempo para cá parou de existir”, lembra Henrique José, coordenador da Mostra Desentoca.

A principal intenção do Goiamum, ainda de acordo com Henrique é promover o



► Pedro Fiuza, coordenador

intercâmbio, a formação e a exibição do cinema em terras potiguares. Na primeira edição, por exemplo, foi criado o Fórum do Audiovisual Potiguar que funciona até hoje com o objetivo de articular a cena local.

PAPEL DE UM ASSISTENTE



► Cris D'Amato, cineasta

“É um estrategista”, responde a carioca Cris D'Amato, que nunca imaginou ser uma assistente de direção, mas desde que aceitou o convite para a missão na novela “Amazônia”, da extinta Rede Manchete, lá se vão mais de 30 trabalhos na área. A sua oficina, uma das mais disputadas do Goiamum, começou ontem e vai até amanhã.

“Faltou papel higiênico e agora? O problema é teu, assistente de direção, e literalmente porque era para você ter verificado absolutamente tudo antes de começar a gravar”, exemplifica a carioca, que é cineasta, mas atualmente trabalha também na Rede Globo, onde dirigiu episódios das séries “As Brasileiras” e “As Cariocas”. Agora, seu mais novo projeto é com “Pé Na Cova”, série estrelada por Miguel Falabella e Marília Pêra, que deve estreiar em janeiro.

Retomando o seu início, Cris explica que, na verdade, ela queria um papel no elenco de “Amazônia”, já que era atriz, mas todos os papéis já estavam preenchidos e ela recebeu um convite para ser assistente de direção do diretor. Nunca mais conseguiu sair da área.

“Acho que eu faço bem porque só isso justifica tantos trabalhos”, brinca. A sua primeira experiência como assistente de direção no cinema em “Buena Sorte”, estrelado por Marcos Palmeira, foi desastrosa. “Porque cinema e TV são completamente diferentes, mas fui aprendendo com a rotina. Não tive uma escola e ninguém me ensinou”, diz.

Para Cris, todo mundo pode ser diretor, basta ter uma ideia ou dinheiro e meter a cara, mas assistente de direção, não. Nesta missão você tem que saber sobre cinema. “O diretor é um artista e o assistente é um estrategista porque cinema é uma arte coletiva, e se você tem um bom fotógrafo, um bom diretor de arte, figurinista e assim por diante, as coisas se preenchem”, argumenta. “O assistente é fundamental porque ele é um dos primeiros a trabalhar no filme, é ele quem faz, por exemplo, a análise técnica para colocar o filme na Ancine”, diferencia.

Ainda de acordo com Cris, o cinema nacional passa por uma fase excelente, principalmente com as comédias que tem atraído grande público. “E comédia é muito mais difícil de fazer do que um drama porque se você não tem o tom, ela fica trash e na minha opinião Daniel Filho tem o timing”, defende. Cris trabalhou como diretora assistente e primeira assistente de direção com Daniel em filmes como “Chico Xavier” e “Se Eu Fosse Você 2”.

Aos aspirantes a cineasta, fica a dica: “Nada na vida é difícil, mas o que eu sugiro é experiência, e a experiência de se fazer um filme. Faz um curta e eu já trabalhei com excelentes profissionais estreadores”, sugere.

Social

“As pessoas que falam muito mentem sempre, porque acabam esgotando seu estoque de verdades”
Millôr Fernandes (1923 – 2012)
 Escritor e humorista carioca

E-mail
 sadepaula@novojournal.jor.br

Fones
 84 3342.0358 / 3342.0350



Marcos SadePaula

VOCÊ SABIA

Que para não perder a competitividade junto a estados vizinhos, como a Paraíba e Ceará que investiram na construção de centros de convenções para eventos de grande porte, a ampliação do Centro de Convenções de Natal passa a ser vista como 'prioridade de governo' pelo secretário de Turismo do Estado, Renato Fernandes? Que uma proposta de ampliação do Centro de Convenções de Natal já se encontra na Secretaria de Turismo, passando de apenas 15 mil metros quadrados de área para eventos para uma área total entre 25 e 30 mil metros quadrados?

Cura

Uma equipe de cientistas brasileiros liderada pelo farmacêutico Luiz Pianowski está perto do que pode ser uma esperança para a cura da Aids. As pesquisas conduzidas por esse grupo já se encaminham para a fase de conclusão de estudos pré-clínicos, para apurar sua eficácia e conhecer as contraindicações desse possível medicamento. A pesquisa é financiada pelo empresário cearense Everardo Ferreira Telles, ex-dono da cachaça Ypióca, que decidiu bancar estudos sobre a eficácia da planta aveloz no combate ao câncer. Pianowski, que tem especialização em medicamentos de origem vegetal, passou por importantes companhias farmacêuticas no país, antes de montar seu próprio QG de pesquisa, a Kyolab, em Valinhos (SP), onde foi contatado por Telles.



▶ Adriano Lima com duas medalhas de ouro no Circuito Loterias Caixa

Palavra de potiguar

Dois casais, sendo um potiguar e outro carioca jogavam cartas, quando uma caiu embaixo da mesa. O potiguar se abaixa para pegar e dá uma olhadela na gostosa da mulher do carioca que estava sem calcinha e com a perseguida a mostra. Alguns minutos depois, ele levanta para tomar água e a carioca disfarça e foi atrás dele. Na cozinha ela pergunta:
 – E aí? O que achou?
 – Maravilhoso!
 – Qualquer mil reais a gente conversa - disparou a safada, porém gostosa.
 – Tudo bem, é só dizer quando!
 – Amanhã a tarde ele não vai estar em casa você pode ir lá.
 – Combinado!
 O potiguar chegou na hora marcada, pagou os mil reais e mandou ver. Serviço completo. No fim da tarde o carioca chega do trabalho e pergunta à mulher:
 – O potiguar esteve aqui a tarde?
 – Sim - responde a mulher assustada.
 – Deixou mil reais?
 – Sim - responde a mulher completamente apavorada.
 – Que alívio!
 Ele esteve no meu escritório pela manhã, me pediu mil reais emprestados e disse que passava aqui hoje à tarde sem falta para me pagar. Ainda bem que potiguar é homem de palavra!!!

Cancelamento

Devido a contratempos de agenda, o espetáculo infantil A Pequena Sereia que aconteceria no dia 16 de dezembro, domingo às 15h, no Teatro Riachuelo, foi cancelado. A Idearte Produções lamenta o acontecido e informa que novas datas estão sendo tratadas para o ano de 2013.



▶ Os muito queridos Aninha Guará e Flavio Freitas circulando pela noite

Bom programa

Hoje tem uma apresentação da Banda do Grupamento de Fuzileiros Navais de Natal no Norte Shopping, às 18h, dentro da programação comemorativa pelo Dia do Marinheiro, promovida pelo Comando do 3º Distrito Naval.

No Catita

Para fechar a semana com chave de ouro, o melhor samba da cidade vem com o Roda de Bambas arrebrandando no samba de raiz, com Debinha nos vocais, no Buraco da Catita na Ribeira. Entrada: R\$ 15,00 homem e R\$ 10,00 mulher.



▶ Elias Medeiros recebendo o Troféu Lambe-Lambe 2012, da Aphoto, como destaque da fotografia em Natal

Tablado

Hoje, na Casa das Artes de Ponta Negra (na rua lateral do Cruzeiro), na Vila, acontece o espetáculo Retrato do Artista Quando Coisa, da Bololô Cia Cênica, com direção da Cia. Luna Lunera e patrocínio da Funarte, Ministério da Cultura e Governo do Brasil, através do Premio Myriam Muniz.



▶ Araldo Gaspar Junior, Marcus Antonio e Vicente Freire confraternizando no Dom Vinício

Tecnatal Miranda
 Até 25 de dezembro.
 O Natal de quem ama tecnologia.
 Técnicos Miranda: Acesse miranda.com.br e descubra essa promoção.

PÃO & COMPANHIA.
 SETE VEZES SEGUIDAS
 O MELHOR PÃO
 DE NATAL SEGUNDO
 A REVISTA VEJA.
 Petrópolis 3211-4829 | Ponta Negra 3219-0804 | www.paoecia.com.br

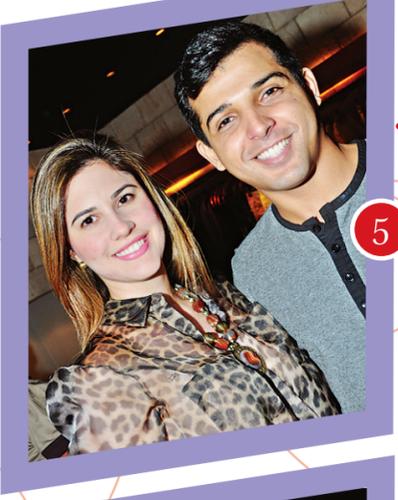
Natal Rio Center
 Nas compras a partir de R\$ 100 você ganha um desconto de **20%** para usar na sua compra de janeiro.
CENTRO • MEGASTORE • lojasriocenter.com.br

Novo flash

Lançamento da nova Coleção Verão Animale teve Miss Brownie como atração no natal shopping!

Fotos

1. Beatriz Ferreira e Juliana Paiva
2. Patrícia Morais do novo jornal e Felipe Brito
3. O charme de Raffaella Rosito
4. Goreti Bonanni da miss Brownie e Érika Nesi
5. Renata Lima e Nil Oliveira
6. Suzana Schoott e Veruska Salviano



Esportes



Editor

Viktor Vidal

E-mail

viktorvidal@novojornal.jor.br

Fones

84 3342.0358 / 3342.0350

EVERTON DANTAS / NU



► Redação do NOVO JORNAL participará das transmissões do canal TV Esporte Interativo

PARCERIA

/ COBERTURA / DETENTORA DOS DIREITOS DE TRANSMISSÃO DA COPA DO NORDESTE, TV ESPORTE INTERATIVO ESCOLHE O NOVO JORNAL COMO VEÍCULO OFICIAL DA COMPETIÇÃO NO RN

SHOW DE BOLA

ESTE NOVO JORNAL será o jornal oficial da Copa do Nordeste no Rio Grande do Norte. O canal Esporte Interativo, detentora dos direitos de transmissão da maior competição regional do país, elegeu a publicação como parceira aqui no estado e promete um trabalho mútuo para o fortalecimento do futebol nordestino, que agora terá ainda mais espaço na grade de programação esportiva nacional.

De acordo com Felipe Aquilino, gerente de marketing do Esporte Interativo, a escolha pelo NOVO JORNAL se deu em virtude da qualidade do caderno de Esportes do diário. Este, aliás, foi critério primordial na seleção dos jornais oficiais, numa seleta lista de sete grandes publicações que formarão o time de parceiros do Esporte Interativo e da Copa do Nordeste, que começa no dia 20 de janeiro.

"A gente tendeu a procurar os principais jornais em termos de tiragem ou importância editorial, principalmente na parte de esportes", comentou o gerente de marketing da emissora. "Nosso objetivo é dar visibilidade para o torneio, então por isso a gente fez essa grande parceria com os principais jornais dos sete estados que terão clubes em disputa na Copa do Nordeste", completou.

O Esporte Interativo será o único canal a transmitir absolutamente todos os

jogos da Copa do Nordeste 2013. A ideia da emissora é valorizar a competição e, consequentemente, o futebol do Nordeste. Além disso, o canal espera uma boa contrapartida dos torcedores no que diz respeito ao aumento de



conta com dois programas sobre debate esportivo em sua programação diária, onde, em ambos, é dedicado um tempo considerável para a análise do que acontece sobre o futebol nordestino.

Segundo Felipe Aquilino, com o fim do Campeonato Brasileiro e a proximidade com o início da Copa do Nordeste, a tendência natural é de uma maior entrada dos times nordestinos – incluindo, claro, ABC e América – na programação da TV.

Para isso a emissora vai contar com a participação dos jornalistas deste NOVO JORNAL, que assim como os profissionais dos demais veículos oficiais da competição, participarão ao vivo dos programas, trazendo tudo o que acontece com os times locais.

Para o jornalista Carlos Magno Araújo, diretor de Redação do NOVO JORNAL, a entrada dos profissionais do jornal na programação diária do canal possibilitará uma abertura muito maior para ABC e América na crônica esportiva nacional, o que contribui para o fortalecimento e reconhecimento do futebol potiguar.

"Não só a TV Esporte Interativo e o NOVO JORNAL serão beneficiados com essa parceria, mas principalmente os clubes locais, ABC e América, que terão grande visibilidade no país, contribuindo diretamente para o fortalecimento do marketing das equipes", pontua o jornalista.

MAIS

PROMOÇÕES

A parceria entre o NOVO JORNAL e o Esporte Interativo também beneficiará diretamente o torcedor. Além da oferta de conteúdo exclusivo sobre tudo o que vai rolar antes, durante e depois da Copa do Nordeste, os leitores e telespectadores poderão concorrer a ingressos para assistir os jogos de seus times.

ONDE ASSISTIR

No Rio Grande do Norte o canal Esporte Interativo pode ser sintonizado através da Oi TV pelo canal 116, GVT pelo canal 50, Claro TV pelo canal 48, e Cabo Telecom, pelo canal 48 analógico e 206 digital.

PARCEIROS

Paraíba: Jornal da Paraíba

Maceió: Gazeta de Alagoas

Rio Grande do Norte: Novo Jornal

Bahia: A Tarde

Ceará: Diário do Nordeste

Pernambuco: Folha de Pernambuco

Sergipe: Jornal do Dia

Rede de Vendas NatalCard



Recarregue o seu cartão Estudante ou Passe Fácil em mais de 90 pontos.

Livrarias

Lan houses

Bancas

Drogarias

Mercados

Outros

Informações:
(84) 3216.8450 / www.natalcard.com.br

NatalCard
Tecnologia em nosso caminho